

ANO 18 - Nº 49 - R\$ 7,50 - SET/OUT/NOV-2004

Debate Sindical

LEGISLAÇÃO

Uma análise crítica do novo anteprojeto da reforma sindical

HISTÓRIA

Getúlio Vargas e sua complexa relação com os trabalhadores

VENEZUELA

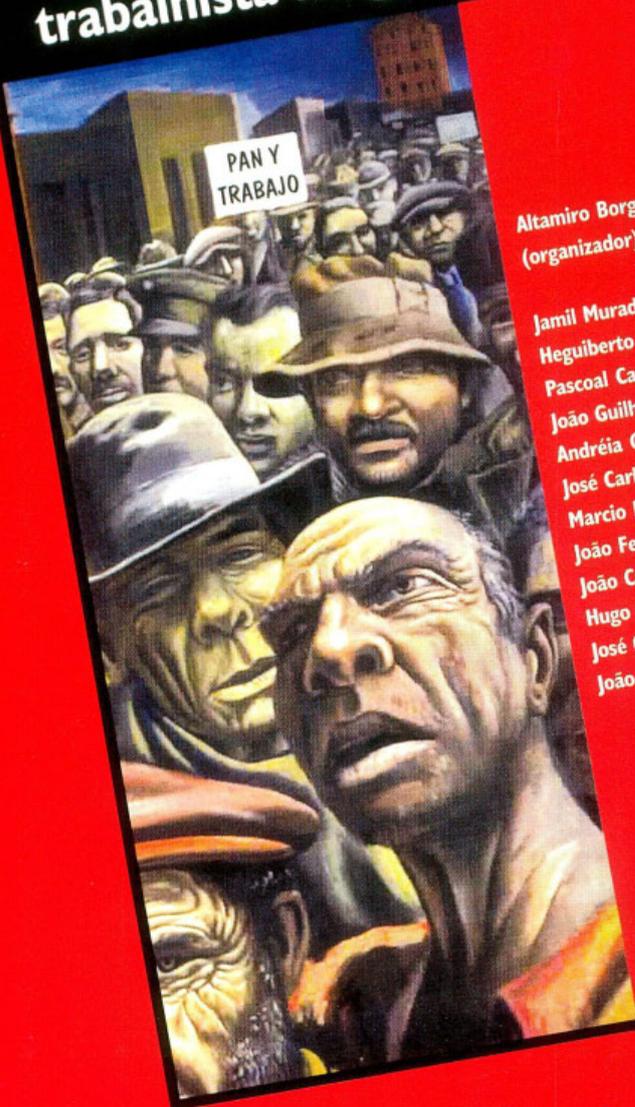
Papel do movimento sindical na original revolução bolivariana



Os trabalhadores e as eleições de 2004

Uma reforma explosiva

A reforma sindical e trabalhista no governo Lula



Altamiro Borges
(organizador)

Jamil Murad
Heguiberto Navarro
Pascoal Carneiro
João Guilherme Vargas Netto
Andréia Galvão
José Carlos Arouca
Marcio Pochmann
João Felício
João Carlos Gonçalves
Hugo Perez
José Carlos Schulte
João Batista Lemos



A reforma sindical e trabalhista, que em breve será enviada pelo governo Lula ao Congresso Nacional, tem gerado controvérsias no sindicalismo. Alguns apostam que ela aperfeiçoará a legislação existente; já outros temem maiores retrocessos trabalhistas e novos ataques à organização sindical. Uma coisa é certa: ela promoverá uma verdadeira “revolução” no sindicalismo e nas relações entre capital-trabalho no Brasil.

Diante da relevância do tema, o Instituto Maurício Grabois (IMG-SP) promoveu o seminário “A reforma sindical e trabalhista no governo Lula”. Este livro é fruto desse evento e reúne distintas visões – desde os defensores do plurisindicalismo até os que apregoam a preservação da atual estrutura. Ele permite que os leitores aprofundem o debate e definam seus posicionamentos diante dessa reforma estratégica e polêmica.

Adquira já o seu exemplar.

Compre cotas para o seu sindicato.

Entre em contato com o Centro de Estudos Sindicais.

Rua Monsenhor Passalácqua, nº 158, Bela Vista,

São Paulo, SP, CEP 01323-010,

fone/fax: (11) 289-1496

Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede:

Rua Monsenhor Passalacqua,
nº 158, Bela Vista,
São Paulo, SP, CEP 01323-010,
fone/fax: (11) 289-1496
Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Antônia Rangel
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Cláudio Gonzalez
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Osvaldo Bertolino
Sérgio Barroso
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Décio Saes
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Vianei Martins
Wagner Gomes

Foto da capa:

Ricardo Stuckert/PR

Revisão:

Josenildo Marques

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Impressão e acabamento:

Editora Parma Ltda



- 4** O movimento social diante da atual conjuntura
JOÃO BATISTA LEMOS
- 8** As eleições de 2004 e a luta pelas mudanças
RENATO RABELO
- 12** Sinais de retomada da economia: e o emprego?
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 13** Anteprojeto da reforma sindical exige cuidados
WAGNER FAJARDO
- 18** Salário mínimo e a luta pelo desenvolvimento
CLAUDIO SALVADORI DEDECCA
- 22** Trabalho e correlação de forças no Congresso
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 23** Política e razão administrativa na ação sindical
LUIZ ANTONIO BARBAGLI
- 27** Ministério do Esporte prioriza a inclusão social
PAULO EDUARDO CRUZ
- 30** Ford de Camaçari conquista a redução da jornada
HÉLIO SOARES
- 32** O vôo da galinha e a sua bicada certa
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 33** Sindicalismo e revolução bolivariana na Venezuela
ALTAMIRO BORGES
- 37** A China e a questão nacional
ELIAS JABBOUR
- 40** Getúlio Vargas e o movimento sindical
AUGUSTO BUONICORE
- 44** Chico Buarque: o poeta da gente
RONIWALTER JATOBÁ
- 48** Medicina do trabalho ou a serviço do capital?
COLUNA: HERVAL PINA RIBEIRO
- 49** As políticas públicas como alternativa
ANTONIO VIANA BALBINO
- 53** A experiência de formação profissional do CES
PASCOAL CARNEIRO
- 56** Resenhas de livros
AUGUSTO PETTA/PAULO EDUARDO
- 58** Os desafios atuais da esquerda brasileira
JOÃO PEDRO STEDILE

O movimento social diante

As eleições de outubro terão inegável importância na definição da correlação de forças no país e sinalizarão para o futuro do governo Lula

JOÃO BATISTA LEMOS

Neste momento está em curso no Brasil a campanha eleitoral destinada a renovar a composição dos poderes executivos e legislativos dos municípios, uma batalha política que terá inegável importância na definição da correlação de forças entre os diferentes partidos e correntes de opinião que atuam no país.

Percebe-se, numa avaliação geral da disputa, o confronto entre duas tendências contraditórias. De um lado, situam-se as organizações políticas que, vitoriosas nas eleições presidenciais de 2002, constituem a base de sustentação do governo Lula, incluindo PT, PCdoB, PSB e PL, além do PMDB e outras agremiações que foram atraídas pelo governo após a posse. Do outro, estão as forças políticas derrotadas em 2002, agrupadas basicamente no PSDB e PFL, partidos conservadores de direita, representantes do neoliberalismo. À margem deste embate principal concorrem também alguns grupos esquerdistas com reduzida inserção social, que se orientam pela oposição ao governo Lula.



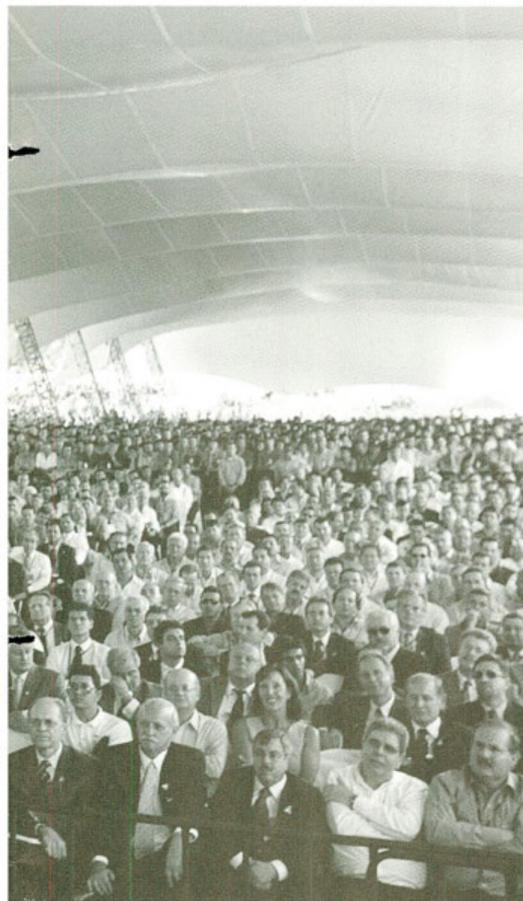
NOVOS RUMOS

A Corrente Sindical Classista (CSC) considera que a eleição de Lula em 2002 significou uma grande vitória do povo brasileiro e uma incontestável derrota do projeto neoliberal. Em que pesem as limitações do atual governo, o processo de desnacionalização da economia brasileira, precarização e depreciação do trabalho e enfraquecimento do Estado nacional foi interrompido.

A agenda mudou, ainda que a mudança seja tímida e precise ser aprofundada. Se as urnas tivessem respaldado a campanha reacionária, antipopular e

anticomunista do adversário de Lula, José Serra, candidato pelo PSDB, o Brasil teria dado as costas ao Mercosul, à Venezuela de Hugo Chávez e a Cuba socialista; estaria a caminho de assinar os acordos que os EUA propõem para a Alca e, muito provavelmente, cuidaria de organizar a privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, conforme "recomenda" o FMI. O movimento sindical, que viveu dias amargos com a olímpica insensibilidade social, repressão e desprezo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, certamente não estaria hoje

da conjuntura



Caterpillar/Ricardo Stuckert-Presidência da República

externa, através da qual o governo busca abrir caminho para o exercício da efetiva soberania nacional no plano econômico e político, distanciando-se dos interesses das potências capitalistas, sobretudo dos EUA. O país resiste à Alca no formato pretendido pelos norte-americanos, defende o fortalecimento e ampliação do Mercosul, a união da América Latina e uma aproximação maior com os chamados países em desenvolvimento, priorizando o comércio Sul-Sul, os acordos com grandes nações como Índia, Rússia e África do Sul e uma parceria estratégica com a China. O governo brasileiro tem sido solidário com Cuba e vem cumprindo relevante papel na defesa da democracia venezuelana.

O respeito à democracia, o diálogo com o movimento social e a tolerância com as manifestações e protestos populares são outros aspectos positivos da atual administração. Lula não se comporta com a intolerância exigida pelas elites e que caracterizou o governo FHC diante das ocupações realizadas pelos sem-terra ou nas greves nos setores público e privado. Não trata o movimento social como um “caso de polícia”.

CONTRADIÇÕES NO GOVERNO

Entretanto, cabe ressaltar a existência de sérias contradições no seio do governo, ainda muito influenciado pelo capital financeiro e sua ideologia neoliberal. Embora mereça prioridade num cenário

PACTO SOCIAL?

O presidente da CUT, Luiz Marinho, e o recém-eleito presidente da Fiesp, Paulo Skaf, estão juntos numa cruzada para negociar um acordo nacional que garanta o crescimento da economia. Eles evitam a “palavra pacto social, que não dá sorte”, segundo o dirigente patronal. O acordo valeria por três anos – as empresas não reajustariam preços, o governo reduziria tributos e os trabalhadores conteriam as demandas salariais. A proposta gerou chiadeira. O ministro da Fazenda não aceita injunções nos rumos da economia; já vários sindicatos criticaram a idéia de se conter as lutas salariais exatamente numa fase de retomada econômica.

DESCONTO EM FOLHA

Instituído no ano passado pelo governo Lula, o empréstimo em folha de pagamento só agora deslanchou. Com o retorno seguro para os poderosos banqueiros, o empréstimo descontado na folha é feito com taxa de juro menor. No caso dos sindicalizados, ela varia de 1,75% a 2,6% ao mês; o prazo de pagamento é de seis a 36 meses. A CUT já assinou convênios com 33 instituições financeiras para atender os 7,4 milhões de sócios das entidades filiadas; a Força Sindical e a CGT firmaram acordos com outros 30 bancos. No geral, os empréstimos têm sido usados pelos trabalhadores para saldar dívidas antigas.

SALÁRIO DO DIEESE

O Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese) calcula que, em agosto, o salário mínimo deveria ser de R\$ 1.596,11. O valor é 6,13 vezes maior do que o recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, de míseros R\$ 260,00. Leva em conta o maior custo da cesta básica apurado pelo instituto, com preço de R\$ 181,83. Também considera o dispositivo constitucional que fixa que o salário mínimo deve manter o trabalhador e sua família, suprimindo as despesas com alimentação, moradia, vestuário, saúde, transporte, educação, higiene, lazer e previdência.

respirando um clima de democracia, tolerância e liberdade.

A CSC entende que é necessário continuar atuando em frente ampla, configurada numa grande aliança de forças contra o neoliberalismo. Temos colhido frutos positivos com esta política. A influência e a inserção social do sindicalismo classista é crescente e tudo indica que os resultados das eleições de outubro consagrarão um avanço das forças progressistas e isto beneficiará a Corrente Sindical Classista.

Com Lula, o Brasil pode seguir um outro rumo. Há uma mudança sensível na política

BANCO DE HORAS

“Não queremos nem conversa sobre banco de horas”, garante Antônio Carlos Spis, membro da executiva nacional da CUT. A orientação da central é para que os sindicatos filiados não aceitem mais negociar esse expediente de flexibilização da jornada. O objetivo é evitar que a compensação de horas seja usada pelas empresas para retardar a contratação de novos trabalhadores no momento em que a economia dá tímidos sinais de retomada. O fim do banco de horas também visa reforçar a campanha das centrais pela redução da jornada. Segundo o Dieese, a conquista das 40 horas semanais geraria cerca de 2,8 milhões de empregos.

ELEVAÇÃO DA RENDA

Estudo recente do Dieese revelou que o crescimento da economia propiciou a conquista de reposições salariais acima da inflação. No primeiro semestre, 79,4% dos acordos coletivos tiveram reajustes iguais ou superiores ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor. No ano passado, em que o PIB foi negativo em 0,2%, o cenário foi bem mais adverso à luta sindical. Apenas 41,9% das negociações resultaram em aumentos superiores ao INPC. O estudo confirma que esse é um bom momento para se exigir “o que é nosso” e para revitalizar o sindicalismo.

ANISTIA SINDICAL

Em 3 de setembro, a CUT entregou ao ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Vantuil Addala, documento que comprova o aumento da perseguição política às lideranças sindicais nos últimos dez anos. Dados preliminares confirmam que mais de 200 sindicalistas rurais e cerca de 80 dirigentes metalúrgicos sofreram algum tipo de represália no período – foram demitidos, proibidos de ingressar nas empresas ou mesmo assassinados. Segundo Francisvaldo Souza, membro da executiva nacional da CUT, essa prática anti-sindical fere a Constituição e fragiliza a luta dos trabalhadores. O dossiê será encaminhado à OIT.



Favela Brasília Teimosa/Ricardo Stuckert-Presidência da República

caracterizado pela impiedosa ofensiva da potência hegemônica contra os povos e nações mais pobres, uma boa política externa evidentemente não é tudo. Mais democracia é também importante, mas não basta para solucionar os graves e seculares problemas sociais do Brasil, agravados sobremaneira pela crise da dívida externa e pela perversa herança deixada pelo neoliberalismo dos anos 1990.

Os governos que antecederam o atual, principalmente os de Fernando Henrique Cardoso, produziram desemprego em massa, precarização das relações trabalhistas (hoje mais de 50% dos trabalhadores não têm carteira assinada), arrocho dos salários e conseqüente depressão do mercado interno, além de exacerbar a concentração da renda nacional. É indispensável renegar e superar esta herança.

Neste sentido, a CSC, ao lado do MST, da CUT, UNE e dos

partidos, intelectuais, personalidades e organizações mais representativas, combativas e conseqüentes do movimento social, defende uma substancial mudança na política econômica do governo, ainda excessivamente conservadora e subordinada ao FMI. Uma mudança orientada no rumo de um novo projeto de desenvolvimento nacional, fundado na afirmação da soberania e na valorização do trabalho.

Uma questão-chave, de grande urgência, é o combate efetivo e radical contra o desemprego, que

É preciso derrotar o pensamento único neoliberal, construir o projeto alternativo e consolidar um forte movimento social

ainda hoje ronda a casa dos 20% da População Economicamente Ativa (PEA) nas regiões metropolitanas. Isto exige a retomada do crescimento sustentado da economia e a redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

FORTALECER A CMS

Em 2003, na seqüência de uma severa crise cambial ocorrida no ano anterior, o Brasil viveu uma recessão que acentuou o sofrimento da classe trabalhadora; a renda per capita caiu 1,5% e os salários reais recuaram 12,5%. Os indicadores econômicos sugerem que as coisas estão melhorando neste ano. O PIB avançou 4,2% no primeiro semestre, houve uma pequena redução no nível de desemprego e recuperação dos salários, do consumo e do mercado interno. A CSC saúda tais resultados, entende que são positivos e refletem em certa medida o esforço de mudança, mas não anulam a necessidade de alterar a orientação econômica.

Algumas medidas são indispensáveis neste caminho. Entre elas, a renegociação da dívida externa no âmbito do Mercosul, tendo como base a proposta do governo argentino de reduzir em pelo menos 70% o valor dos débitos contraídos com a banca privada; o controle sobre o fluxo de capitais; a redução das taxas de juros; a facilitação do crédito para pequenas e médias empresas; o fim do arrocho fiscal e a retomada da capacidade de investimentos do Estado (especialmente em infraestrutura, educação e melhoria dos serviços públicos); a criação de frentes emergenciais de trabalho; reforma agrária; a reforma urbana; a redução da jornada sem redução de salários e

a elevação do poder de compra do salário mínimo.

É preciso travar uma grande luta de idéias para derrotar o pensamento neoliberal, construir um projeto alternativo ao neoliberalismo e trabalhar, simultaneamente, pela consolidação de um forte movimento de massas em torno desses objetivos. Uma tarefa prioritária, neste sentido, é fortalecer e ampliar a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Constituída pelo Movimento dos Sem Terra, Central Única dos Trabalhadores e União Nacional dos Estudantes, entre outras entidades populares de âmbito nacional, a CMS tem se empenhado para mobilizar a classe trabalhadora da cidade e do campo, os estudantes e outros segmentos populares com o objetivo de exigir e viabilizar a mudança da política econômica.

A defesa de um novo projeto de desenvolvimento nacional, com soberania e valorização do trabalho, é também um meio de acumular forças, procurando unir e conscientizar a classe trabalhadora de seu insubstituível papel de protagonista da luta contra o neoliberalismo, contra o capitalismo e pelo socialismo. A mobilização política de massa ainda está aquém da necessidade e das expectativas do movimento social, mas é este o caminho das forças progressistas, no qual a CSC vai persistir com a convicção de que corresponde aos interesses do proletariado e da nação brasileira e, por isto, reúne as condições necessárias para alcançar êxito.

João Batista Lemos é coordenador nacional da Corrente Sindical Classista e membro do conselho de redação da revista *Debate Sindical*

REGRESSÃO NA EUROPA

A ofensiva do capital contra o trabalho não dá trégua nem na Europa, antigo território do Estado de Bem-Estar Social. Governos insistem em projetos regressivos de mudanças nas leis trabalhistas; onde isso não ocorre, as próprias empresas investem contra antigos direitos. Na França, o empresariado sabota a lei que fixa a jornada semanal de 35 horas. Na Alemanha, entidades patronais ousaram propor a introdução da jornada de 50 horas semanais e a redução das férias, de 29 dias para uma semana. Expressão dessa onda regressiva, o FMI defendeu no seu relatório de agosto a imediata flexibilização trabalhista na Europa.

DESEMPREGO NOS EUA

Acosado no *front* externo pela heróica resistência no Iraque, bem que o governo de George Bush tentou criar um clima de euforia na economia interna. Só que as últimas pesquisas sobre emprego e renda caíram como uma bomba nos EUA. Só as indústrias cortaram 2 milhões de vagas nos últimos três anos. "Bush é o primeiro presidente desde a Grande Depressão que tenta a reeleição sem ter criado um único emprego", alfinetou John Kerry, seu concorrente à Casa Branca. Para piorar, o último censo revelou que o número de pobres aumentou em 1,3 milhão de pessoas em 2003.

RATO NA ARGENTINA

O espanhol Rodrigo Rato nem bem assumiu a chefia do FMI e já é *persona non grata* na Argentina. Sua primeira visita oficial ao país foi alvo de intensos protestos populares, com a ocupação do hotel em que se hospedava, passeatas e pancadarias da polícia. Os argentinos não perdoam os estragos causados por esse organismo financeiro, que orientou a política recessiva e entreguista do ex-presidente Carlos Menem. A viagem de Rato visou pressionar o governo Néstor Kirchner para que eleve o superávit primário e salde a dívida externa. "Fora Rato. Não ao pagamento da dívida externa", protestaram os combativos argentinos.

As eleições de 2004 e a

Continuar avançando com o governo Lula, redirecionando-o no sentido das mudanças, ou iniciar o retrocesso; isto é o que está em jogo nas eleições de outubro

RENATO RABELO

Eleições municipais se realizam no Brasil de quatro em quatro anos e constituem peça importante da vida política nacional que se aperfeiçoa do ponto de vista democrático desde o fim do regime militar em 1985. Elas se intercalam com as eleições gerais, o que resulta num calendário eleitoral bastante intenso; ou seja, de dois em dois anos os brasileiros eleitores são chamados a exercer o direito de escolherem diretamente seus representantes para cargos executivos e parlamentares em todos os níveis, desde o vereador ao presidente da República. Tal ritmo pode soar estranho para gente de outros países, mas aqui é como alguém que procura saciar a sede de democracia tão abalada e precária durante o século que passou.

Desta feita 121,4 milhões de eleitores – dos quais 62% são mulheres – quase que exatos dois terços da população de 180



milhões de brasileiros, escolherão pouco mais de 5,5 mil prefeitos municipais e cerca de 8 mil vereadores através de 406 mil urnas eletrônicas. O esquema de representatividade dos eleitores ainda sofre distorções significativas, que o Tribunal Superior Eleitoral recentemente procurou sanar sem sucesso, ao que tudo indica. Tal é o caso de Borá, município do interior paulista com 834 eleitores que manterá seus nove edis em

confronto, por exemplo, com o município gaúcho de Ijuí que tem 53 mil eleitores e teve o número de cadeiras na Câmara Municipal diminuído de 21 para 10.

Fruto do desenvolvimento do capitalismo, o país passou a ter de algumas décadas para cá a grande maioria de sua população em centros urbanos nos quais se assenta a base da estrutura política brasileira. Há uma relação interessante entre os diversos

Luta pelas mudanças



Regina de Grammont

de Janeiro e Daniel Almeida em Simões Filho/BA.

O Brasil tem hoje várias grandes cidades, oito das quais com mais de 1 milhão de eleitores: São Paulo com 7,77 milhões, Rio de Janeiro com 4,4 milhões, Belo Horizonte com 1,68 milhão, Salvador com 1,5 milhão, Fortaleza com 1,3 milhão, Curitiba com 1,1 milhão, Recife com 1,03 milhão e Porto Alegre com 1,005 milhão. Ao todo são 68 cidades com mais de 200 mil eleitores nas quais poderão haver 2º turno. Em torno da maioria delas há municípios adjacentes no que se convencionou chamar de Regiões Metropolitanas, conglomerados humanos gigantescos – constituídos majoritariamente por proletários e semiproletários –, com zonas de periferia que não param de crescer e onde se manifestam de forma concreta os principais problemas vividos pelo povo. De tal forma essa questão ganhou peso na vida brasileira que o governo Lula, sensível a ela, criou o Ministério das Cidades. Ao lado destes aparecem os municípios médios e milhares de municípios pequenos.

DIMENSÃO DA BATALHA

Esses números mostram de forma bem definida a dimensão da batalha; porém, sua importância decisiva está no fato de ela ser a primeira disputa eleitoral sob o governo Lula. O resultado de 2002, de significado histórico, poderá ser confirmado

se vencerem as forças da base de sustentação do governo Lula abrindo um caminho mais favorável às mudanças ou poderá ser questionado se prevalecerem as forças que foram derrotadas naquela ocasião, notadamente o PSDB e o PFL. É com esta conformação básica que as forças políticas se posicionaram para a batalha. Continuar avançando com o governo Lula, redirecionando no sentido das mudanças, ou iniciar o retrocesso. Isto é o que está em jogo.

Não haverá vitória fácil para a esquerda e seus aliados. Uma situação como a que está posta não permite ilusões e menosprezo aos adversários. A oposição neoliberal tem como objetivo acumular forças agora para tentar voltar ao governo central em 2006 e pretende retomar a aplicação do projeto, numa nova fase, para o que já discute uma agenda concreta que inclui, entre outras coisas, nova reforma da previdência, liberalização total da conta de capitais, independência do Banco Central, conversibilidade do Real em Dólar sem restrições, fim dos fundos de poupança compulsória como o FGTS, PIS/PASEP com o que se atingiria de morte o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Todas essas medidas visam beneficiar ainda mais o capital financeiro brasileiro e internacional e se contrapõem ao caminho alternativo que começa a ser trilhado pelo governo Lula, que afirma crescentemente a soberania nacional, amplia os espaços democráticos, preocupa-

tipos de representação. Vários prefeitos e vereadores de municípios médios e grandes passam aos legislativos estaduais ou federal, o mesmo acontecendo no sentido inverso. Agora mesmo são cerca de 80 membros do Congresso Nacional candidatos aos executivos municipais. Da bancada do PCdoB, quatro deputados são candidatos às prefeituras, Vanessa Grazziotin em Manaus, Inácio Arruda em Fortaleza, Jandira Feghali no Rio

Oposição neoliberal pretende acumular forças agora para voltar ao governo em

se com as condições de vida do povo e busca o desenvolvimento econômico.

Às vésperas do pleito pode-se dizer que a correlação de forças dá indícios de favorecer as forças progressistas num reconhecimento do que elas têm apresentado tanto em plano federal como onde dirigem prefeituras. Entre outras são candidaturas muito competitivas e que poderão chegar à vitória as de Raul Pont em Porto Alegre, Ângelo Vanhoni em Curitiba, Marta Suplicy em São Paulo, Fernando Pimentel em Belo Horizonte, Déda em Aracaju, João Paulo em Recife, Inácio Arruda em Fortaleza, Ana Júlia em Belém, Raimundo Angelim

em Rio Branco do Acre. Podem ter sucesso igualmente candidaturas do campo do governo Lula em Maceió, João Pessoa, Natal e Macapá. Em boa parte destes municípios a decisão final se dará no segundo turno o que, desde já, deve ser considerado. Nesta ocasião levará vantagem quem tiver a capacidade de aglutinar mais forças e sensibilizar eleitores que não fizeram sua primeira opção nos candidatos que passaram à outra fase da disputa.

Para o PCdoB particularmente, estas eleições têm um significado especial. Pela primeira vez, o partido concorre com chances de vitória a prefeitura de capitais e de vários

municípios importantes do interior do Brasil. Disputa também a reeleição em Olinda com Luciana Santos. Tem presença em chapas majoritárias com representantes seus como candidatos a vice-prefeito em oito capitais. Lançou quase 5 mil candidatos a vereador, inclusive com chapas próprias nas três maiores capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Pretende triplicar a representação partidária nas Câmaras Municipais. Uma dimensão de campanha inédita que coloca novos desafios para os comunistas.

Os candidatos comunistas apresentam um perfil variado, muitas mulheres e, em boa parte

Divulgação



2006 e retomar a aplicação do seu projeto entreguista

das cidades, pessoas ligadas ao movimento popular e sindical. É gente que tem compromissos com o socialismo, a soberania nacional, a democracia, que defende intransigentemente a melhoria das condições de vida do povo, que quer cidades que ofereçam condições para que o povo cresça material e espiritualmente. Por isso serão, sem dúvida, merecedores da confiança dos eleitores.

PROJETO ALTERNATIVO

O que se discute nestas eleições é para qual moinho elas levarão água, ou seja, em que rumo político em que elas

apontarão de acordo com o caráter das forças políticas que tiverem maior sucesso. Mas não somente isso como também os problemas concretos de cada cidade, de seus bairros ou regiões, de cada faixa de cidadãos. Além dos profundos problemas do desemprego e da segurança, a situação do transporte urbano e da circulação de veículos, da moradia, do saneamento, da educação municipal, do lazer, dos esportes e assim por diante. Em todas essas frentes a melhoria do bem-estar da população, o desenvolvimento urbano, a limpeza e a beleza da cidade são os parâmetros a serem seguidos.

E para que desafios tão grandes possam ser enfrentados

com sucesso será preciso que se tenha discernimento para que a escolha popular recaia sobre aqueles candidatos que tenham compromissos com um outro projeto de desenvolvimento, que não sufoquem os municípios da forma que o projeto neoliberal fez. Sem dúvida os resultados eleitorais significarão um tanto importante no sentido da afirmação de um pacto nacional pelo desenvolvimento e emprego. O povo brasileiro quer o progresso, o novo e não a volta ao passado de cuja herança terrível ainda não conseguimos nos livrar.

Renato Rabelo é presidente nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)



Divulgação

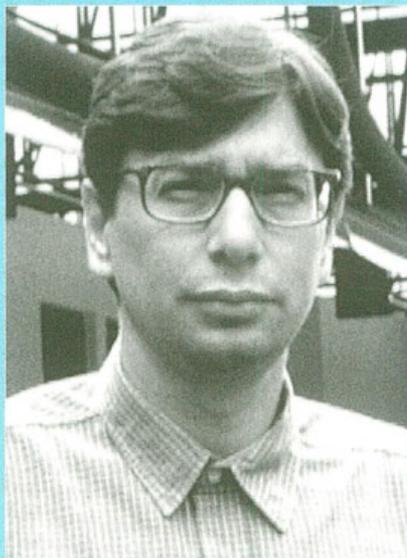
Sinais de retomada da economia: e o emprego?

Pela terceira vez desde 1981, a economia brasileira iniciou uma rota de recuperação da sua capacidade de produção. Os sinais positivos no mercado de trabalho são uma consequência disso. Mas seria sustentável a trajetória da recuperação atual, permitindo que o país abandonasse a mais longa crise de desenvolvimento capitalista desde 1840 no país? A resposta virá com o tempo, na medida em que seja constatado o avanço dos novos investimentos públicos e privados.

TRABALHO SOLIDÁRIO

E o emprego? Sabe-se que para se debelar o desemprego estrutural duas equações precisam ser resolvidas. A primeira relaciona-se ao cenário macroeconômico favorável, de menor incerteza aos investimentos privados, acompanhados de um novo papel indutivo do setor público. A segunda associa-se a mudanças nas políticas públicas. É necessária uma melhor coordenação do gasto público em torno da criação de trabalho e renda, pois para cada unidade de despesa há mais ou menos emprego gerado. Urge centralizar ações públicas direcionadas à redução da pressão da oferta de mão-de-obra e à elevação da demanda de trabalho pelo setor produtivo.

MARCIO POCHMANN



Coordenar o gasto público para gerar trabalho e renda no país

Nesse sentido, seria fundamental a criação do Fundo Nacional do Trabalho Solidário (FNST) para permitir a integração e articulação dos fundos públicos já existentes (FAT, FGTS, Sistema "S") em torno das novas exigências de contratação de trabalho no interior do setor produtivo. Também se torna importante a constituição de recursos adicionais para atender um a cada dois desempregados no país.

A origem do adicional de recursos poderia ser – no montante de 5 bilhões de reais – gerada solidariamente da (a) absorção da atual contribuição sindical obrigatória; (b) racionalização no uso do seguro-desemprego; (c) taxaço do excesso de horas extras e dos superganhos financeiros dos bancos públicos; e (d) transferência orçamentária.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Desse total de novos recursos, 2 bilhões de reais poderiam atender com uma bolsa monetária a cerca de 1,6 milhões de jovens desempregados de 16 a 21 anos que aceitassem postergar o ingresso no mercado de trabalho em prol do cumprimento do ensino médio e do exercício de atividades de utilidade comunitária.

Ainda poderia deslocar mais 1,6 bilhão de reais para atender a 1,5 milhão de desempregados na faixa de 22 a 55 anos de idade por meio de uma bolsa de garantia de renda que combinasse a aprendizagem teórica com a experiência prática para as novas ocupações. E, por fim, com 1,4 bilhão de reais restantes, algo como 1,2 milhões de desempregados com mais de 55 anos poderiam ser atendidos com uma bolsa monetária vinculada ao pagamento da previdência (pré-aposentadoria) e à re-capacitação em novas atividades de trabalho e renda.

PRIMEIRO PASSO

Resolvidas essas equações do emprego, o Brasil passa a responder por uma trajetória de desenvolvimento econômico em que o desemprego estrutural deixa de ser um problema sem resolução. Isso porque se sabe que a recuperação econômica é apenas e tão somente o primeiro passo de uma caminhada longa em busca da reversão da má concentração da renda e da desvalorização do trabalho.

Marcio Pochmann é professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp/SP e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo. Correio eletrônico: marciop@prefeitura.sp.org.br

Da mesma forma que o relatório final do Fórum Nacional do Trabalho, o anteprojeto sobre a reforma sindical contém avanços, mas também retrocessos e armadilhas

Anteprojeto da reforma sindical exige maior debate e cuidados



O anteprojeto eleva a greve à categoria de direito fundamental, mas abre a

WAGNER FAJARDO

“Não se trata de transpor o lugar da democracia e da política para o da Justiça, já que a conquista dos direitos constitucionalmente assegurados depende essencialmente de mecanismos de pressão política. Contudo, não se pode negar que a judicialização de conflitos sociais é capaz de amenizar, ainda que não substancialmente, a crueldade do sistema capitalista. Enquanto na visão do capitalista, levar um conflito ao Poder Judiciário significa um custo que precisa ser eliminado da produção, para as classes menos favorecidas, o acesso ao Judiciário é a única esperança de concretização de direitos básicos”. Carolinã Gabas Stuchi. “Por que se quer enxugar mais a Constituição?”. Revista Reportagem, novembro de 2003.

A tarefa do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), no que se refere às propostas de mudanças na estrutura sindical brasileira, chegou ao fim com a transformação em projeto de lei do relatório final das discussões havidas ao longo de quase doze meses. O anteprojeto contempla: a liberdade sindical, a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, a negociação coletiva e contrato coletivo de trabalho, o direito de greve, o Conselho Nacional de Relações do Trabalho e a tutela jurisdicional.

O anteprojeto tem causado polêmicas e foi alvo de críticas de muitos que não o compreenderam em sua integralidade. Alguns setores do movimento sindical elaboraram um projeto

substitutivo. O quadro político-institucional do Brasil, não é demais repetir, é complexo e por questão de lógica política e jurídica faz-se necessário aguardar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), quando será possível uma análise e uma tomada de posição mais definitiva sobre a reforma sindical.

AVANÇOS E RETROCESSOS

Da mesma forma que o relatório final do FNT, o anteprojeto contém avanços, mas também retrocessos. Se por um lado há a perspectiva da representação dos trabalhadores no local de trabalho, com as mesmas garantias dos dirigentes sindicais, o anteprojeto prevê que a personalidade sindical e o reconhecimento da representatividade serão atribuídos às entidades por ato do ministro do Trabalho e Emprego. Essa redação é um flagrante retrocesso em relação à Constituição Federal, que determina que “a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical”.

A CSC pleiteia a exclusividade de representação para novos sindicatos e rejeita a criação da entidade derivada

Indiferente a este detalhe, a bancada governista no FNT pareceu confundir Estado com governo, como se o “companheiro-ministro”, tal qual um integrante do Poder Judiciário, fosse vitalício no cargo.

No capítulo sobre a negociação coletiva, o anteprojeto contém um elemento ideológico, o poder negocial, em contraposição ao poder normativo da Justiça do Trabalho. O Estado é expulso do mundo do trabalho, prevalecendo a autonomia de vontade entre os patrões e os empregados, que terão “liberdade” para negociar à exaustão, como se tivesse desaparecido a luta de classes. Uma vez que o Direito do Trabalho passará a ser assunto privado, resolvido entre sindicato e empresas, as novas conquistas dos trabalhadores somente poderão vingar a partir do poder negocial de cada entidade.

Nesse ponto, o sindicalismo classista conseguiu intervir para garantir em lei que, independentemente da negociação, aplicar-se-á a norma mais favorável ao trabalhador; e que no caso de existirem diversas entidades sindicais envolvidas na negociação, é obrigatória a convocação de assembléias unitárias para início e término do processo negocial. Ao mesmo tempo, garantiu-se que o sindicato pode requerer a sua exclusão do contrato coletivo de maior abrangência, o chamado direito de recusa.

Caso os “atores coletivos”, sindicatos e patrões, não cheguem ao acordo, poderão valer-se da arbitragem privada ou pública, porém o árbitro não poderá criar cláusulas novas, vez que vai

possibilidade da Justiça do Trabalho impor multas às entidades sindicais

arbitrar vinculado às ofertas finais das partes. Enfim, aquele sindicato que conseguir fazer uma greve e levá-la até a vitória terá conquistas; e quem não estiver com este poder de fogo ficará com a CLT.

DIREITO DE GREVE

Na parte sobre o direito de greve, o anteprojeto contém poucos avanços. O principal é o que eleva esse direito à categoria de direito fundamental. Ele acaba também com a flagrante inconstitucionalidade da lei atual ao admitir a greve em qualquer oportunidade e por qualquer motivo, desde que assim seja decidido pelos trabalhadores. O anteprojeto não limita a greve ao período da negociação coletiva e nem à pauta de reivindicações, como ocorre com a atual Lei 7.783.

Entretanto, o anteprojeto abre a possibilidade da Justiça do Trabalho impor multas às entidades sindicais que “provocarem greve sem a prévia comunicação no caso dos serviços essenciais” ou violar o sigilo de informações que lhes forem prestadas com esse caráter na negociação coletiva. Ou seja: os trabalhadores em serviços essenciais têm seu direito limitado, mas não lhe são dadas nenhuma garantia de tratamento diferenciado nas negociações e o sindicato fica impedido de divulgar a previsão de lucro de uma empresa se a informação for dada no processo negocial. Isto significa retrocesso e pode inviabilizar as entidades sindicais. Lembre-se de que os petroleiros foram multados pelo Tribunal



Wilson Dias/ABR

Superior do Trabalho e mesmo com interferência da OIT as multas só foram anistiadas recentemente e por iniciativa do governo Lula.

No novo modelo, o mérito da greve não poderá ser julgado. Se o patronato não ceder, ou os trabalhadores retornam derrotados ao trabalho ou se submetem à arbitragem privada. A Justiça do Trabalho fica impedida de examinar o mérito das reivindicações em caso de conflito com origem em greve. No entanto, é mantida a parte realmente negativa do poder normativo, que é a permissão para a Justiça do Trabalho julgar demandas destinadas a garantir serviços mínimos e coibir a conduta anti-sindical durante a greve.

ESTRUTURA SINDICAL

No capítulo sobre a organização sindical, o FNT acolheu a proposta histórica da CSC da

CSC defende que o governo Lula não se apresse em enviar o projeto da reforma sindical ao Congresso Nacional

constituição de sindicatos por ramos de atividades. Contudo, ele abriu a porta para o plurisindicalismo ao fixar que “os trabalhadores e os empregadores têm o direito de livre filiação, desligamento, permanência e participação nas entidades sindicais que escolherem”. Pelo sistema proposto a garantia da unicidade se restringe às entidades que possuem o registro sindical na data da promulgação da lei. Essas poderão optar pela exclusividade de representação, porém deverão adaptar seus estatutos ao estatuto mínimo democrático a ser proposto pelo futuro Conselho Nacional de Relações do Trabalho.

O capítulo sobre negociação coletiva privilegia a “livre negociação” entre as

Além disso, elas deverão comprovar, no prazo de 60 meses, que os seus índices de sindicalização são superiores a 20% dos empregados no ramo, sob pena de perderem a exclusividade de representação e a personalidade sindical. Decorrido o prazo, poderão existir duas entidades com personalidade sindical numa mesma base. Além disso, os sindicatos exclusivos poderão sofrer a concorrência dos chamados sindicatos derivados, uma instituição estranha sob a responsabilidade das centrais sindicais!

Nesse ponto, a CSC resistiu desde o início dos debates, pleiteando que a exclusividade de representação fosse estendida aos sindicatos criados após a promulgação da lei e rejeitando a criação dos sindicatos derivados. Ela propôs ainda que os índices de sindicalização fossem fixados em 15% em razão da dificuldade de associação de trabalhadores em alguns ramos de atividade. As sugestões da CSC foram rejeitadas, mas serão reapresentadas quando do envio do projeto de lei ao Congresso Nacional.

Na regulamentação da substituição processual, o anteprojeto também aponta para o pluralismo sindical, ao estabelecer que os efeitos da sentença judicial estarão restritos aos filiados da entidade, o que implica em pluralismo. No sistema atual, o sindicato representa todos os integrantes da categoria e não apenas os sócios, conforme dispõe o anteprojeto do FNT.

A criação do Conselho Nacional de Relações do

Trabalho, para regular a vida sindical, proposta histórica da CSC, foi acolhida. Todavia, no anteprojeto ele é composto de patrões, trabalhadores e integrantes do governo, sem caráter deliberativo e vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, a quem cabe o poder de deliberação até para definir os ramos de atividade. Ou seja: o anteprojeto é bem diferente da proposta da CSC. Se o conselho fosse autônomo significaria um avanço democrático no novo modelo. Mas vingou uma deformação, que pode representar a volta do atrelamento sindical anterior à Constituição de 1988.

ORGANIZAÇÃO NA BASE

O anteprojeto aponta para a criação da “representação dos trabalhadores nos locais de trabalho”. No geral, a proposta representa um avanço. No particular, porém, ela enfrenta forte oposição do empresariado que promete pressionar os parlamentares para rejeitá-la. Diante do impasse, o governo optou por estabelecer um período de seis anos para a implantação da representação. Nos primeiros três anos, haveria apenas um representante para as empresas que empreguem de 100 a 200 trabalha-

dores. A proposta é muito restritiva. Estima-se que cerca de 90% das empresas no país possuam menos de 50 empregados. Isto implica que a maior parte delas não terá a almejada representação dos trabalhadores no local de trabalho.

Para a CSC, este resultado comprova que a democracia não chegará ao interior das empresas. Ela defende que se restabeleça a proposta da comissão sindical de base com, no mínimo, três integrantes para todas as empresas com até 20 empregados; acima deste número, mais um representante para cada 50 funcionários. Para a CSC, a reforma sindical só se justifica com a instituição desses comitês. A garantia da organização no local de trabalho é que poderá provocar uma grande reviravolta sindical, contribuindo para afastar o imobilismo, o burocratismo, o peleguismo e outros vícios presentes há décadas no sindicalismo brasileiro.

É preciso, ainda, rejeitar a proposta do governo de incluir nas atribuições da representação a mediação de conflitos individuais de trabalho. Isto significa que ela terá por tarefa “homologar” dispensas e mediar acordos, nem sempre vantajosos para os trabalhadores. Não se justifica também que a representação dos trabalhadores tenha poder de negociação sem a expressa participação do sindicato. Seria o primeiro passo para o sindicato por empresa! Não se pode permitir que esse organismo se torne um balcão de negociações, que celebre “acordos na bacia das almas”, a exemplo das atuais comissões de conciliação prévia.

Dos 234 artigos do anteprojeto, não houve consenso em menos de 20 itens; mas os desacordos são em pontos cruciais

partes em contraposição ao poder normativo da Justiça do Trabalho

É preciso, também, definir melhor a estabilidade tanto dos dirigentes sindicais quanto dos participantes dessas comissões, garantindo em ambos os casos a redação do artigo 8º, inciso VIII da Constituição da República Federativa. E não a do inciso I do artigo 7º sobre “proteção contra despedida arbitrária”, a qual por enquanto é restrita ao pagamento da indenização compensatória hoje fixada em 40% do FGTS.

CUSTEIO DAS ENTIDADES

No capítulo sobre custeio das entidades sindicais, o imposto sindical será extinto, gradativamente, em três anos. As contribuições assistencial e confederativa também serão extintas quando entrar em vigor a nova forma de contribuição, batizada de negocial. Esta será de até 1% da remuneração total do trabalhador no ano anterior, descontada no salário em, no mínimo, três parcelas a partir de abril. Ela será cobrada pelas entidades que participarem dos processos de negociação coletiva.

A nova contribuição negocial é obrigatória, não comporta oposição e sua cobrança deverá ser decidida em assembléia da entidade sindical. Uma parte da arrecadação será destinada ao Fundo Solidário de Promoção Sindical, com objetivo principal de financiar projetos de valorização da atividade sindical.

A proposta de criação do Fundo Solidário é positiva, mas contém exageros, como o de equiparar a gestão financeira das entidades às autarquias ao impor a aplicação das normas de



Luiz Marinho, presidente da CUT, e Antônio Palocci, Fazenda

Proposta do governo da representação no local de trabalho é restritiva; maioria dos trabalhadores não terá essa conquista

contabilidade pública, normas gerais de direito financeiro e responsabilidade solidária dos dirigentes de cada entidade sindical na gestão do dinheiro recebido do fundo. Isto implica na criminalização da gestão financeiro-sindical, uma vez que a Lei de Responsabilidade Fiscal será aplicada à gestão sindical conforme se depreende da redação do anteprojeto. Esta lei, outrora tão criticada, prevê até a prisão para quem não cumprir suas normas.

APROFUNDAR O DEBATE

Dos 234 artigos do anteprojeto, não houve acordo entre as três partes em menos de 20 itens. Porém, como foi visto, os desacordos se deram em pontos cruciais para os trabalhadores e para o avanço de suas lutas. Isto demonstra as limitações de um fórum tripartite como o FNT.

Em um documento recente, a CSC reafirma a sua “luta pelo fortalecimento da organização sindical” na “perspectiva da defesa dos interesses imediatos e futuros dos trabalhadores”. Na conjuntura atual, ela defende “um novo projeto nacional de desenvolvimento, fundamentado na afirmação da soberania e da valorização do trabalho”, o que implica ampliação de direitos do trabalho contra a ofensiva do capital.

Com essa visão política e sem se omitir no debate em curso sobre a reforma sindical, a CSC luta para garantir conquistas históricas dos trabalhadores: comitê sindical de base, ramos de atividade, substituição processual, reconhecimento das centrais, níveis e critérios de representatividade, reformulação do conceito de unicidade, negociação coletiva, papel do Estado, poder normativo da Justiça do Trabalho, custeio da atividade sindical e redução da jornada de trabalho sem redução salarial, entre outras.

A viabilidade desses avanços depende do envolvimento direto dos trabalhadores e do movimento sindical. Exatamente por isso, o anteprojeto proposto pelo FNT precisa ser debatido à exaustão. Do contrário, as mudanças poderão resultar em retrocessos. É com essa compreensão que a CSC defende que o governo não se apresse em apresentar o projeto da reforma sindical ao Congresso Nacional. É necessário aprofundar o debate em busca de maior consenso nas propostas no interior do sindicalismo brasileiro.

Wagner Fajardo é presidente da Federação Nacional dos Metroviários (Fenametro)

Por uma política de salário mínimo

O recente reajuste do mínimo foi marcado pelo pragmatismo e pela ausência de qualquer posição política estratégica sobre a recuperação do seu valor

Ao contrário dos anos anteriores, o debate sobre o reajuste do salário mínimo em 2004 foi marcado por grande tensão no âmbito do governo federal. A decisão tomada pelo Senhor Presidente, quase nos últimos minutos do tempo regular para envio da mensagem ao Congresso Nacional e para publicação no Diário Oficial da União, foi claramente caracterizada pelo pragmatismo, sendo ausente qualquer posição política estratégica sobre o que fazer com o salário mínimo durante o governo Lula.

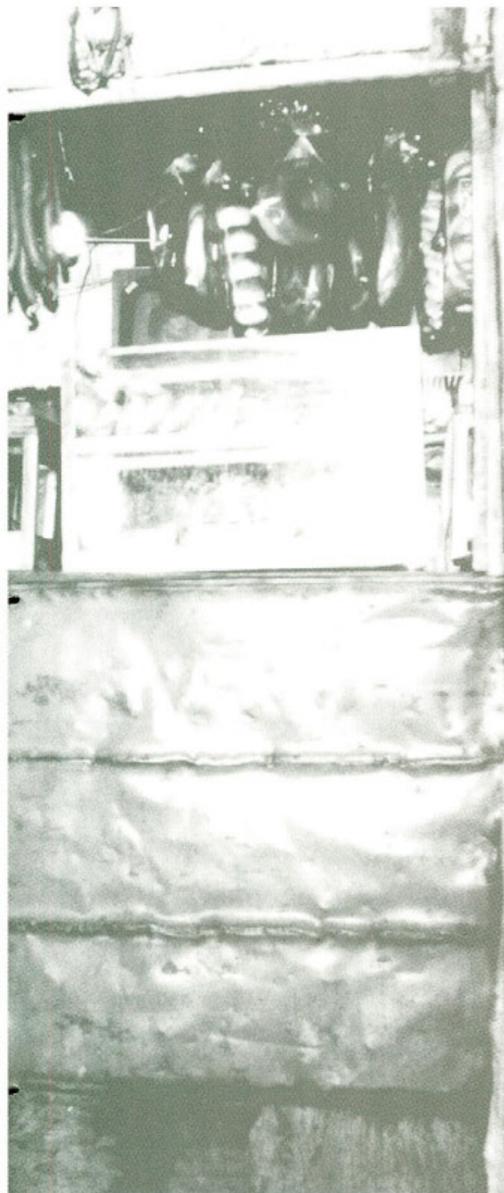
Um verniz foi colocado na decisão, com o objetivo de vender a mensagem que o resultado favorecia os mais pobres, pois aumentava o valor do salário-família. Mais tarde, ficou visível que o alcance da medida era limitado, em razão de abranger somente os trabalhadores com renda inferior a R\$ 390,00, bem como veio a público que a medida era mais restritiva que aquela que vinha sendo discutida pelo governo desde o final do mês de março.



Uma grande batalha foi travada no Congresso para que o governo aprovasse o reajuste proposto para o salário mínimo. Entretanto, um sentimento de vazio restou tanto no Congresso como no governo, pois ficou patente a completa ausência de

estratégia que este sofre em relação ao que fazer com o salário mínimo. Afinal, a decisão tornou mais distante a promessa de campanha de dobrar seu valor durante os quatro anos de mandato. Ademais, se a medida permitiu, com algum verniz,

em favor do desenvolvimento social



Favela em Ouro Preto-MG/Divulgação

ampliar o reajuste do salário mínimo através do salário-família, sabe o governo que esta alternativa não estará disponível em 2005.

VÍNCULO COM O PIB

O incômodo da situação criada levou o próprio governo a continuar a discutir uma solução de política para o salário mínimo. Como resultado do processo foi incorporado à proposta orçamentária para 2005 um reajuste do salário mínimo ao menos equivalente ao incremento do Produto Interno Bruto per capita. A origem desta alternativa, mesmo que o governo não revele sua origem e jamais tenha procurado quem a elaborou, foi a proposta do autor deste ensaio, divulgada no final de março passado, de adotar uma política de valorização do salário mínimo vinculada ao desempenho da atividade econômica.

Mesmo em um formato mais tímido que aquele que originalmente propus, considereei positiva a iniciativa em razão dela se constituir numa janela de oportunidade para o debate de uma política mais consistente e justa socialmente para o salário mínimo. Contudo, pasmem, segmentos conservadores do governo vem bombardeando a iniciativa afirmando ser ela uma faca de dois gumes. Isto é, se a economia se comportar bem, o salário mínimo teria uma recuperação mais rápida. Ao contrário, se for mal, o movimento será mais lento.

Merecem ser feitas duas observações em relação a uma afirmação tão pouco atenciosa. Em primeiro lugar, a proposta de vincular o mínimo ao PIB considera o reajuste automático como um patamar mínimo garantido, podendo o mesmo ser elevado com um adicional decidido politicamente. Mais à frente, detalharei esta proposta. Em segundo lugar, o governo vende a ilusão que poderia tomar a decisão de um reajuste mais elevado caso o PIB tenha um comportamento desfavorável. Cabe perguntar: se o governo, em 2004, não adotou um reajuste mais significativo em um contexto de recuperação econômica, devemos esperar que ele tenha maior audácia numa situação de estagnação ou recessão? Apostar nisso é acreditar em Papai Noel.

Olhemos o porquê de uma política para o salário mínimo. Aqueles que acompanham o debate sobre a questão por mais tempo sabem que ele fica restrito aos meses que antecedem a data de seu reajuste. Após a decisão de seu novo valor, o tema entra em regime de hibernação até os meses de março ou abril do ano vindouro. Em geral, nos meses que ele ganha centralidade na cena política, diversos argumentos sobre as restrições econômicas e políticas são apresentados, sendo apontada a impossibilidade de sua superação a curto prazo, acabando-se por cancelar uma decisão localizada de reajuste e deixando para o próximo a promessa de uma elevação mais substantiva de seu valor. Assim, ano após ano, o salário mínimo

Decisão tornou mais distante a promessa de dobrar seu valor durante os quatro anos de mandato do presidente Lula

Uma política de valorização do salário mínimo poderia abrir um novo modo de



Roosevelt Pinheiro/ABR

patina, jamais trilhando uma trajetória de recuperação de seu valor que o tornasse realmente uma remuneração de base compatível com as necessidades de consumo mínimas do trabalhador e sua família e com o grau de desenvolvimento alcançado pelo país.

PROPOSTA PARA DEBATE

Levando em conta este triste contexto da história do salário mínimo, elaborei uma proposta que permitisse viabilizar sua recuperação a médio prazo e que possibilitasse a busca de soluções para as restrições reais à elevação substantiva de seu valor real (ver ensaio em <http://www.ie.ufjf.br/aparte>). A proposta é bastante simples:

- Adotar um reajuste básico do salário mínimo segundo a estimativa de aumento do produto mais do incremento da produtividade social, isto é, do valor adicionado por pessoa ocupada;
- Formar um Conselho Nacional do Salário Mínimo, semelhante ao bem-sucedido Fórum Nacional do Trabalho, que decidiria a cada ano,

Proposta de vincular o salário ao PIB considera o reajuste automático como um patamar mínimo garantido

gestão da política social, modificando a sua subordinação ao mercado

considerando as condições econômicas e políticas, um adicional que se somaria ao reajuste básico.

O Conselho teria formato quadripartite (governo, empresários, trabalhadores e pesquisadores acadêmicos). Ele realizaria ou demandaria estudos sobre os impactos da política de valorização do salário mínimo, por exemplo, sobre o gasto da previdência social, sobre a folha de pagamentos das prefeituras e estados e sobre os custos das pequenas e médias empresas.

As vantagens dessa proposta seriam:

- Daria previsibilidade tanto ao setor público como ao setor privado sobre a evolução futura do salário mínimo;

- Estabeleceria condições de avaliação e busca de soluções para as restrições existentes;

- Se mantido um crescimento médio de 5% ao ano da economia e ganhos adicionais de 4% ao ano, o poder de compra do salário mínimo poderia ser dobrado até o final da década;

- A renda adicional auferida pelos trabalhadores que recebem o mínimo ou um valor ao seu redor fortaleceria direta e imediatamente o nível de atividade interno;

- Ficaria patente a importância do crescimento econômico, forçando governo e sociedade a buscarem políticas adequadas para promovê-lo;

- A evolução do salário mínimo seria superior àquela do Produto Interno Bruto, abrindo possibilidade de elevação do peso das baixas remunerações na distribuição de renda do trabalho;

A valorização do salário mínimo deve assumir um caráter mais democrático e escapar das decisões de gabinete da área econômica

- Seus resultados não seriam inflacionários, pois acompanhariam o produto e a produtividade e o adicional levaria em conta as condições da economia.

PREVIDÊNCIA E GASTOS

Entretanto, alguns críticos poderiam argumentar que esta proposta não responde a duas restrições existentes: o aumento dos gastos com a previdência e a elevação da folha de salários das prefeituras e Estados. Em relação à previdência social, o exercício realizado anteriormente ao último aumento mostrava que os ganhos de arrecadação com o novo mínimo seriam maiores que o incremento da despesa com os benefícios previdenciários. Os dados de arrecadação da Previdência Social em junho e julho comprovam a tese e desmistificam um suposto déficit da previdência induzido por um maior salário mínimo. Cabe esclarecer que a estimativa de déficit apontada pelo governo era produto de uma correção do gasto futuro sem a devida atualização da receita esperada.

Quanto às prefeituras e aos Estados, as eleições municipais

vêm evidenciando que a crise financeira das administrações encontra-se associada a um processo de endividamento explosivo, induzido pela política de taxas de juros elevadas mantida pelo governo federal e o Banco Central desde a implantação do Plano Real. Assim, um estudo cuidadoso do assunto poderia expor as verdadeiras restrições orçamentárias de municípios e Estados, explicitando seus principais determinantes e apontando possíveis soluções.

É verdade que a condução da política de valorização do salário mínimo nestes termos assumiria um caráter mais democrático e escaparia das decisões de gabinete comandadas a partir da área econômica. De fato, a política de valorização do salário mínimo poderia abrir um novo modo de gestão da política social, modificando sua subordinação à política econômica. É certo que os videntes da área econômica resistem e resistirão a uma perspectiva não amparada em seus supostos grandiosos fundamentos do chamado mercado. Contudo, é provável que, caso a valorização do salário mínimo se estabeleça, o país possa começar a trilhar um caminho mais consistente de desenvolvimento social.

Em suma, essa proposta tem como objetivo valorizar o salário mínimo, bem como promover o crescimento e criar um primeiro instrumento de alteração da distribuição de renda em favor das baixas remunerações e das políticas sociais.

Claudio Salvadori Dedecca é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP. Correio eletrônico: cdedecca@eco.unicamp.br

Trabalho e correlação de força no Congresso

O governo Lula, absolutamente bem-intencionado, resolveu promover mudanças na estrutura sindical e na legislação trabalhista delegando ao Fórum Nacional do Trabalho a missão de formular Propostas de Emenda à Constituição e projetos de lei a serem enviados ao Congresso. Neste texto trataremos apenas da reforma trabalhista.

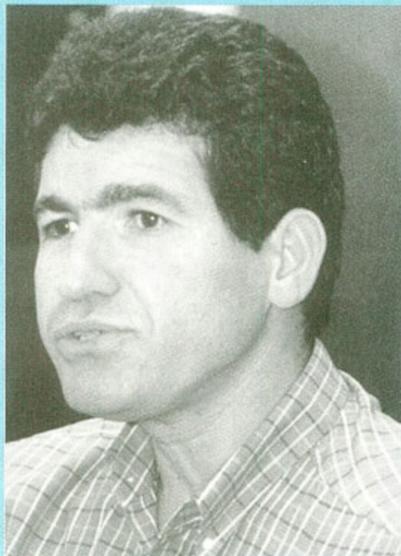
Como prova de que pretendia realizar um amplo debate, o presidente solicitou a retirada do Congresso de dois projetos que flexibilizavam a CLT – o que impunha a prevalência do negociado sobre o legislado e o que ampliava as possibilidades de terceirização e prestação de serviços em bases precárias.

PROTEÇÃO NO DIREITO

O Brasil é um dos poucos países do mundo nos quais ainda se pratica o Direito do Trabalho como norma de ordem pública e de caráter irrenunciáveis, sendo nula qualquer alteração que prejudique o trabalhador. Por esse sistema, o hipossuficiente é do empregado, a quem a lei reconhece como a parte mais frágil. Se ele abre mão de algum direito, presume-se que foi coagido para tanto.

O setor empresarial não se conforma com a quantidade de fontes, que considera excessiva,

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



Partidos da base aliada defenderam no governo FHC a flexibilização

nem tampouco com a proteção que a legislação assegura ao trabalhador. Por isso, defende a redução das fontes e também a substituição do Direito do Trabalho pelo Direito Comum ou Civil para que prevaleça a “vontade” das partes, sem imposição, interferência ou paternalismo do Estado.

PRIMEIRO PASSO

Ocorre que, antes do envio da reforma trabalhista, o governo já deu o primeiro passo para implementar a sua reforma ao recomendar às lideranças da base aliada no Senado que suprimam da reforma do Judiciário (e também da Constituição) o poder normativo da Justiça do Trabalho.

O poder normativo é a prerrogativa do tribunal de fixar normas e condições de trabalho,

respeitadas “as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho”, tal como expressa no parágrafo 2º do artigo 114 da Constituição. A Reforma do Judiciário está revogando exatamente este dispositivo.

CENÁRIO ADVERSO

Setores patronais e partidos da base do governo acreditam que podem aproveitar a reforma sindical para estabelecer a prevalência do negociado sobre o legislado, assim como a reforma do Judiciário servirá para eliminar o poder normativo. Afirmam que isto é plenamente possível técnica e politicamente.

Tecnicamente, para que haja supressão ou flexibilização de direitos, basta que conste da PEC da reforma sindical que “a lei não poderá limitar o conteúdo da negociação coletiva” ou que “o negociado tem força de lei e eficácia liberatória” ou que “ressalvada negociação, são assegurados os direitos previstos em lei”.

Politicamente, a idéia de redução ou flexibilização de direitos via negociação tem o apoio dos líderes de três dos cinco principais partidos da base (PT, PMDB, PTB, PL, PP), que, oriundos da base de apoio do governo FHC, foram defensores incondicionais do projeto de flexibilização da CLT.

Como se vê, se depender apenas da correlação de forças no Congresso, é praticamente impossível aprovar uma reforma sindical e trabalhista que não leve à flexibilização de direitos.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Diop (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)



Política e razão administrativa na ação sindical

A ação política e o enraizamento da organização dos trabalhadores passam inequivocamente pelo planejamento de médio e de longo prazo

LUIZ ANTONIO BARBAGLI

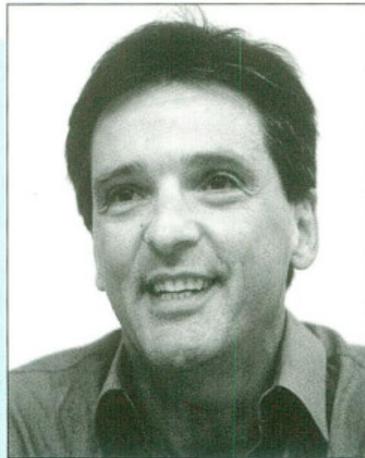
Ação política do sindicato não pode ser mais – se é que algum dia o foi inteiramente – resultado nem do imponderável nem do jogo das forças que vêem nela um espaço estratégico de mobilização dos trabalhadores. Num mundo que cobra das organizações sociais um elevado nível de especialização para que sejam eficazes e numa conjuntura que tem na racionalidade econômico-financeira uma condição indispensável de sustentação de qualquer entidade, imaginar que um sindicato, por maior e mais tradicional que seja ele, possa

Um sindicato que age ao sabor do improviso e da precariedade caminha para o

atuar ao sabor do improviso e da precariedade é levá-lo ao progressivo enfraquecimento e ao distanciamento de suas bases de representação. Partimos da premissa, portanto, de que a ação política e o enraizamento da organização dos trabalhadores passam inequivocamente pelo planejamento de médio e de longo prazo.

Existem, é claro, tarefas que devem ser cumpridas no dia-a-dia. Mas a ação estratégica, aquela que fixa os objetivos distantes da luta, requer uma conscientização em todas as direções e não apenas no equacionamento dos problemas do cotidiano. Trata-se, portanto, de fixar uma direção que tenha, ao lado da ação política, um pressuposto organizacional que, no final das contas, acabe também apresentando respostas para os dilemas imediatos, entre eles um dos quais os sindicatos não podem abrir mão nem contornar: atender o trabalhador quando este precisa de sua entidade. No entanto, a estratégia de longo prazo é mais difícil de ser percebida. O que a categoria irá precisar? Quais as transformações que irão acontecer na nossa profissão? Quais as leis que poderão ajudar ou prejudicar os trabalhadores em geral e os nossos em particular?

A luta e ação política, com certeza, nunca nos deixam entediados. Não fosse toda vontade e disposição para o enfrentamento, há sempre um outro – e muitas vezes grande – complicador: precisamos de dinheiro e justamente por isso, ele (o dinheiro) também deve ser incluído na lógica de longo prazo da ação sindical.



Luiz Antonio Barbagli

Com planejamento, o número de sócios saltou de 4 mil para mais de 20 mil professores; hoje é um sindicato forte

JUSTA COMBINAÇÃO

A experiência do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro/SP) ao longo dos últimos 15 anos, além de ter se constituído numa sucessão de desafios apaixonantes, apresenta, em nossa opinião, um bom exemplo de conciliação entre ação política e lógica administrativa. Passo a passo, mas de forma persistente, a diretoria que assumiu a direção do sindicato construiu um forte equilíbrio entre as atividades de caráter político e o conjunto de diretrizes administrativas cujo resultado tem sido percebido nos últimos anos: a liderança sindical pode ficar mais voltada para aquela que é a natureza de sua função – mobilizar a categoria

que representa. Não tem sido fácil nem simples, mas tem valido a pena.

Entre as causas dos bons resultados atingidos até aqui está certamente a boa vontade e o despojamento dos dirigentes do sindicato. Nossa diretoria é bastante heterogênea em suas concepções políticas e isso, em diversas ocasiões, acaba resvalando para lutas internas em torno de diversas questões, algumas bastante simples, mas uma vez conquistado o consenso em torno de suas deliberações, o que se observa é uma coerente unidade de ação, fato que tem facilitado bastante a adoção de práticas administrativas impessoais e bastante objetivas.

Essa maturidade é que permitiu, depois de um difícil processo de ensaio e erro, a contratação de um administrador (ou gerente) que pusesse em prática, de forma impessoal, mas com uma acurada visão política dos problemas de nossa categoria, ações organizacionais que procuravam dar conta de duas ordens de problemas: além de organizar o atendimento diário do sindicato (ponto vital nas relações da nossa entidade com os professores), cuidar da montagem de um sistema inteligente e confiável de controle das receitas e das despesas da entidade.

Vale lembrar que a ação do Sinpro/SP na área de sua sustentação financeira remonta ao começo dos anos 90. Naquele tempo o número de associados era da ordem de quatro mil. Na última eleição, em 2002, o número de sócios já ultrapassava os 20 mil, fato que deixa o Sinpro/SP preparado para a

enfraquecimento e para o distanciamento da sua base de representação

reforma sindical que se avizinha e que vai ter como um de seus eixos a questão da representação da entidade junto à base de sua categoria. Até 1990, os sócios contribuíam com o Sindicato uma vez a cada semestre. A partir de então, com a aprovação da assembléia geral convocada para esse fim, passou-se a cobrar 1% sobre o salário do professor sindicalizado durante quatro meses. Era o início da reestruturação da sustentação financeira do Sinpro/SP. A contribuição sindical e a taxa assistencial (5%) também faziam parte da arrecadação. Logicamente, até então, as duas últimas constituíam a maior parte da receita da entidade.

Em 1998, já contando com 16 mil sócios, o Sinpro/SP mudou o sistema de arrecadação. Também por decisão de assembléia, o sócio passou a contribuir com nove parcelas mensais (de abril a dezembro) de 1% de seu salário, ficando extinta a taxa assistencial ou qualquer outro tipo de taxa. Como as campanhas de sindicalização sempre foram uma das prioridades da ação da diretoria, o sindicato pôde manter-se com a contribuição espontânea dos sócios e com a contribuição

A experiência do Sinpro/SP apresenta um bom exemplo da conciliação entre a ação política e a lógica administrativa

sindical de toda a categoria. Na eventualidade de extinção do chamado “imposto sindical”, será preciso apenas estender aos meses de janeiro a março o mesmo percentual de desconto dos sindicalizados (1% ao mês), o que significa dizer que, hoje, o Sinpro/SP já está em condições

de se sustentar financeiramente exclusivamente com a contribuição de seus associados.

MODERNIZAÇÃO DA MÁQUINA

Como foi possível isso? A resposta parece ser simples, mas repleta de significados políticos que envolvem o fortalecimento da entidade: no lugar do aumento das contribuições, uma melhor e maior racionalização dos gastos e a modernização da máquina administrativa.

A outra causa desses resultados que – sempre é bom ressaltar – permitem à diretoria da entidade dedicar-se quase exclusivamente à

A constituição do departamento de informática ajudou a diretoria a se concentrar na ação política nas bases



ação política é a constituição de um departamento de informática no Sinpro/SP em 1985. Embora se trate, como se pode perceber, de uma iniciativa precoce (a informatização das atividades administrativas era ainda incipiente no Brasil), só recentemente é que a direção da entidade se deu conta da necessidade da coleta de informações e de sua sistematização, sem falar nos benefícios que o aprimoramento tecnológico tem permitido aos associados através da Internet.

De qualquer maneira, o pioneirismo do Sindicato dos Professores de São Paulo assegurou a construção de um significativo banco de dados, apesar da grande dificuldade em mantê-lo atualizado. Em razão disso é que toda a sistemática de atendimento do Sinpro/SP foi modificada: agora, todas as pessoas que passam pelo sindicato têm seus dados conferidos e coletados, já na recepção, incluindo também os professores não associados, as escolas e os escritórios de contabilidade.

Para os professores nosso número-chave é o CPF e para as empresas o CNPJ, permitindo a atualização imediata da base de dados. Além disso, utilizando a instrução normativa número 1/98, do Ministério do Trabalho, fizemos um convênio com a delegacia regional do trabalho para que todas as homologações sejam feitas no sindicato, permitindo não só a atualização dos dados, mas também o acompanhamento da vida profissional do professor em seu novo emprego, com o conseqüente ajuste da mensalidade.

Simultaneamente, adquirimos um programa de gerenciamento da arrecadação sindical, que

A conciliação entre ação política e lógica administrativa permite que o sindicato se volte para o que é a natureza da sua função: mobilizar a categoria que representa

começou a ser implantado em 2002, o que modificou completamente a forma de arrecadação do sindicato, eliminando-se os erros cometidos pelos patrões tanto em relação a guias de recolhimento quanto em relação à cobrança das mensalidades. Não é preciso dizer que essas melhoras acabaram por beneficiar a ação sindical, já que dispendo de um banco confiável de informações, o mapeamento da massa dos professores, as escolas estratégicas para nossa atuação política e o acompanhamento do aumento do número de sócios permitiram dar maior conseqüência aos projetos de nossa entidade.

MAPEAMENTO INFORMATIZADO

É importante ressaltar que esse gerenciador da base de dados montada no Sinpro/SP tem provocado mudanças substanciais no perfil da arrecadação da entidade. Em 2002, por exemplo, o sindicato tinha em seu caixa, no mês de maio, apenas 45% do "imposto sindical". O restante era repassado pela Caixa Econômica Federal ao longo do ano. Agora, o

sindicato consegue receber perto de 80% dessa fonte de receita até o mesmo mês de maio, o que permite um melhor planejamento de suas despesas e uma maior tranquilidade da diretoria para agir politicamente em benefício dos trabalhadores.

O mesmo pode ser dito em relação às mensalidades dos sócios. O mapeamento informatizado sobre os deslocamentos dos professores nos postos de trabalho permitiu, já em 2004, que os resultados dessa arrecadação fossem superior em 20% ao melhor momento dos períodos anteriores (outubro de 2003), o que projeta um crescimento do bolo da arrecadação. Se acrescentarmos a isso a batalha pelo crescimento das sindicalizações, pode-se perceber que não são os problemas de sustentação financeira que impedem uma ação combativa do sindicato, como infelizmente ainda acontece com entidades-irmãs.

A diretoria do Sinpro/SP tem sabido conjugar dois fatores importantes para a sua legitimação política junto à categoria. Um deles é o da racionalidade administrativa que favorece uma maior adequação entre as receitas e as despesas da entidade. Esse gerenciamento, feito com lisura e transparência, permite disponibilidade de recursos cujos efeitos são sentidos em outro fator: o da ação política com a busca incessante de novos sócios provocando a inserção da entidade sindical, de forma consistente, no seio da categoria dos professores da rede privada de ensino.

Luiz Antonio Barbagli é presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro/SP).
Correio eletrônico: labarbagli@sinprosp.org.br



Programa Segundo Tempo



Descoberta Talento Esportivo

Fotos: Aldo Dias/ME

Ministério do Esporte prioriza a inclusão social

A oportunidade que muitas crianças e adolescentes de todo país esperam para serem descobertas foi dada pelo Ministério do Esporte no último 5 setembro. Esse foi o "Dia da Descoberta do Talento Esportivo", uma ação que avaliou cerca de 100 mil estudantes entre 10 e 15 anos para identificar os atletas do futuro. O evento foi realizado simultaneamente em todas as capitais, em espaços públicos de fácil acesso.

Com esta ação, o ministério vai identificar jovens que apresentam níveis de desempenho, em atividades físicas, superiores a média da população. Isso permitirá a inserção, o desenvolvimento e o aprimoramento no esporte competitivo, proporcionando um aumento de quantidade e qualidade à base esportiva nacional.

O programa "Descoberta do Talento Esportivo", lançado em setembro, visa democratizar o acesso ao esporte como fator decisivo de inclusão social

PAULO EDUARDO CRUZ

Os estudantes selecionados serão incluídos num banco de dados do ministério, que será disponibilizado ao Comitê Olímpico Brasileiro e às demais instituições interessadas em investir na formação dos novos atletas. "Através da ampla divulgação dos alunos no Banco de Talentos, entidades

formadoras de atletas, federações e confederações esportivas irão conhecer e investir no potencial esportivo de cada um", explica o ministro Agnelo Queiroz.

AValiação e Continuidade

Profissionais de educação física de todo país foram capacitados pelo Ministério do Esporte para utilizar uma metodologia única de avaliação. Na bateria de testes constam, entre outras, avaliações de medida da estatura e da envergadura, teste de flexibilidade, de força-resistência, de agilidade e de velocidade. Ao término deste processo, os dados serão lançados num programa de computador que compara os resultados com as informações dos atletas campeões, em cada modalidade, apontando possíveis talentos esportivos.

A meta do programa Segundo Tempo é atender um milhão de crianças e

Após o Dia da Descoberta do Talento Esportivo, esse processo prossegue através do programa Talento Esportivo na Escola. Durante um mês, escolas de todos os Estados continuarão avaliando seus estudantes no momento das aulas de educação física. Nesta segunda fase, a meta do Ministério do Esporte é avaliar 1,9 milhão de estudantes das escolas selecionadas para o projeto. Os destaques também serão incluídos no Banco de Talentos. A meta final do programa é cadastrar 40 mil novos atletas.

O projeto "Descoberta de Talentos" recebeu em 20 de julho um reforço de peso. O Fórum Nacional dos Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer deliberou que todas as secretarias vão participar das avaliações. O encontro aconteceu em Brasília e reuniu 18 integrantes do fórum para discutir as linhas de ação desse projeto. O presidente do Fórum, o secretário de Juventude, Esporte e Lazer de São Paulo, Lars Graef, considerou positiva a iniciativa. "Ela pode direcionar a vida dos nossos futuros grandes ídolos".

UM GRANDE PASSO

Também em julho, mais de 100 profissionais de educação física se reuniram em Brasília no Seminário Internacional de Descoberta do Talento Esportivo, promovido pelo ministério. Universidades de todas as capitais enviaram representantes. Os profissionais foram capacitados para atuar como avaliadores de atividade física no Dia da

Descoberta do Talento Esportivo. Também multiplicarão essa capacitação para profissionais em seus Estados. Além das vagas destinadas aos profissionais das universidades, o encontro contou com a presença de 18 representantes da Rede de Centros de Excelência Esportiva (Cenesp).

O método a ser utilizado pelos avaliadores foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, parceira do ministério no projeto. Além da UFRGS, os participantes contaram com a palestra de dois professores da Universidade do Porto (Portugal), Amâncio Graça e Isabel Mesquita. "Estamos prestes a realizar o grande sonho de ter a educação física unida para

realizar um importante projeto em benefício dos estudantes brasileiros", declarou, emocionado, Adroaldo Gaya, professor da UFRGS. A universidade é a primeira a desenvolver o método que segue o modelo australiano do professor Jason Gubin.

"Pelo esporte somos capazes de superar todos os obstáculos", afirmou Isabel elogiando a determinação dos profissionais da educação física em participar do projeto de detecção e incentivo aos estudantes. Para Fernando Copetti, da Universidade Federal de Santa Maria, esse é um grande passo dado pelo Ministério do Esporte. "Finalmente conseguimos colocar em prática tudo o que acreditamos", afirmou.

Milhares de pessoas, principalmente das áreas carentes, já estão envolvidas nos vários projetos do ministério

DEMOCRATIZAR O ACESSO

Uma das prioridades da atual gestão do Ministério do Esporte é democratizar o acesso ao esporte,



O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, fala na abertura da 1ª Olimpíada dos Portadores de Coagulopatias da América Latina

adolescentes, capacitar 5.800 profissionais e viabilizar 3.500 bolsas

fazendo das atividades físicas fatores de inclusão social. Conheça alguns dos programas que estão em execução:

Segundo Tempo. É um programa do ministério, em parceria com o Ministério da Educação, destinado a possibilitar o acesso à prática esportiva aos alunos do ensino fundamental e médio dos estabelecimentos públicos de ensino do Brasil, principalmente em áreas de vulnerabilidade social. A idéia é que os alunos estudem num turno e permaneçam na escola no outro turno fazendo atividades físicas. Atualmente, ele atende 750 mil jovens no país. Além de assegurar a prática esportiva, o ministério garante alimentação, uniforme, material esportivo, reforço escolar e noções de saúde e higiene.

O ministério disponibiliza, ainda, para cada núcleo, um coordenador (professor de educação física) e quatro monitores (estagiários) que acompanham as atividades. Os profissionais são capacitados através de outra importante parceria com a Universidade de Brasília (UnB), por meio de curso de longa distância via internet. O MEC é responsável pelo reforço escolar e o Ministério do Desenvolvimento Social pelo reforço alimentar, através do Fome Zero. A meta do Segundo Tempo, até o final deste ano, é atender a 1 milhão de crianças e adolescentes; capacitar 5.800 profissionais, entre professores e estagiários; viabilizar 3.500 bolsas de estágio/monitoria em todo país e atender aos 26 Estados, mais o Distrito Federal.



Gerência Nelcyr de Bem/ME

Projeto Pintando a Liberdade, em Sergipe

Pintando a Liberdade. É um programa do Ministério do Esporte que mantém 62 oficinas em presídios e áreas de risco social de todos os Estados brasileiros com o objetivo de ajudar a profissionalizar os detentos por meio da produção de materiais esportivos. São mais de 12 mil presos que produzem mais de 1 milhão e seis mil itens por ano, entre bolsas, uniformes, mesas de tênis, tabelas de basquete e agasalhos, que são utilizados em projetos sociais. Os internos incluídos no Pintando a Liberdade recebem uma remuneração conforme o material fabricado e a cada três dias trabalhados ganham um dia de redução da pena.

Esporte e Lazer da Cidade. Iniciado no primeiro ano da gestão do ministro Agnelo Queiroz, em 2003, este programa visa garantir o acesso ao esporte recreativo e ao lazer e promover a inclusão social. Realizando eventos que envolvem diversas

atividades e vivências – como dança, teatro, música, ginástica e capoeira –, crianças, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência ou necessidades especiais têm a chance de se organizar de forma criativa, autônoma e coletiva e participar de momentos de lazer. O programa é implementado por meio de convênios do ministério com governos municipais e estaduais, ONGs, instituições públicas e privadas e instituições federais e estaduais de ensino superior. Atualmente, os convênios atendem diretamente cerca de 95 mil pessoas – chegando a envolver até 300 mil nos eventos de esporte e lazer. Até o final deste ano, a expectativa do ministério é envolver mais de 100 mil pessoas em todo o país apenas no funcionamento de núcleos, chegando a 450 mil atendimentos indiretos.

Paulo Eduardo A.C. Cruz é graduado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo

Metalúrgicos da Ford de Camaçari

Mais uma grande vitória conquistada pelos trabalhadores e trabalhadoras do Complexo Ford de Camaçari. Mais uma vez a rebeldia, a combatividade, a irreverência e o entusiasmo de uma jovem classe operária – mesclada com a ação de lideranças mais experientes do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia – escreve uma bela página na história da organização e mobilização dos trabalhadores baianos. A greve, que durou uma semana e foi encerrada em 12 de agosto, teve um único ponto de pauta: a redução da jornada de trabalho. Instalada há três anos em Camaçari, a Ford teve que ceder diante desta jovem classe operária!

HÉLIO SOARES

Nesse caso, a garra da categoria permitiu derrotar a intransigência da Ford. Cerca de 70% dos trabalhadores desse complexo industrial são jovens e 44% são mulheres. Somando as 30 empresas que prestam serviços à montadora estadunidense, o complexo tem cerca de 7.500 operários. E todos aderiram com entusiasmo à greve. Mas é preciso ter noção de que novas lutas ocorrerão para garantir outras conquistas imediatas e históricas da nossa classe. A consciência, unidade e disposição dos metalúrgicos serão decisivas nos momentos em que o sindicato fizer o chamamento para as futuras batalhas.

O acordo aprovado por mais de 90% dos trabalhadores presentes na assembléia prevê redução da jornada de trabalho de 44 para 42 horas semanais sem

redução de salário. Essa vitória só foi possível graças à combatividade dos operários da Ford, demonstrando assim que a mobilização é o caminho da vitória.

A direção da Ford usou de todas as prerrogativas possíveis de intimidação. Barrou os trabalhadores nos portões de entrada da empresa, instaurou dissídio coletivo na Justiça do Trabalho e, ainda na Justiça Comum, instaurou o famigerado Interdito Proibitório. O feitiço virou contra o feiticeiro. As iniciativas da multinacional serviram para aumentar a mobilização e unidade dos metalúrgicos, o que ficou patente na participação massiva na audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho.

Diante das ameaças naturais do julgamento de dissídio, sem

Fotos: Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia



conquistam a redução da jornada

saber se o resultado seria satisfatório para os trabalhadores, os grevistas passaram a construir uma saída negociada. Neste caso, a capacidade política da direção do sindicato mais uma vez prevaleceu e garantiu um acordo em que as conquistas serão sentidas pelos trabalhadores muito em breve.

REDUÇÃO DA JORNADA

A campanha desenvolvida pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia atendeu a uma orientação da CUT, que indica aos sindicatos filiados que desenvolvam a campanha pela redução da jornada sem redução de salário. Das grandes empresas da categoria na Bahia, a Ford e suas parceiras eram as únicas a trabalhar com jornada de 44 horas. Portanto, mais do que justo que o sindicato desenvolvesse em sua base a campanha pela redução de jornada de trabalho para os metalúrgicos do Complexo Ford.

Foi uma campanha belíssima, na qual a direção da entidade defendia uma redução já neste momento para 40 semanais e a direção da Ford não arredava o pé das 44 horas. O sindicato tem como meta reduzir a jornada para quem trabalha em turno para 36 horas semanais, como estabelecido na Constituição Federal, Capítulo II, Artigo 7º, Inciso XIV. Essa deve ser uma luta nacional, para que a legislação não se torne letra morta. Toda história de conquistas do movimento sindical brasileiro nesse campo ocorre



Hélio Soares

A greve, que durou uma semana, teve um único ponto de pauta: a redução da jornada de trabalho

desta forma, a passos lentos e seguros, sem naturalmente perder o objetivo principal da redução.

Foi com essa compreensão que os trabalhadores entraram em campo para valer. A adesão à greve foi total, em todos os turnos. Durante uma semana, não saiu um carro sequer do pátio da empresa. O acordo alcançado só vingou porque a mobilização foi geral. Além da redução da jornada, ficou acordado que os dias não serão descontados e nem serão computados no cálculo das metas da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A direção da Ford não teve saída; ela foi obrigada a ceder. O primeiro passo foi dado. Quebramos a intransigência da Ford e de suas parceiras; agora, outras batalhas virão.

Hélio Soares é diretor de administração e finanças da Federação dos Metalúrgicos da Bahia



O vôo da galinha e a sua bicada certa

Para Isaac Babel, grande contista soviético, “a misteriosa curva da reta de Lênin” o levava a descobrir a verdade no meio da confusão com tanta segurança quanto uma galinha bica um grão.

Ao se analisar a atual conjuntura, é preciso acompanhar a trajetória da economia, ver se não é um vôo de galinha e apreender o essencial, como numa bicada.

BALANÇO DO SEMESTRE

A verdade é que, apesar dos constrangimentos impostos pela política financeirista de estabilização, a economia relança-se como um todo: o balanço do primeiro semestre de 2004 mostra criação de empregos e ligeira recuperação de perdas salariais. Começando nas empresas exportadoras e no agronegócio, os dados positivos foram se espalhando por toda a economia. Não se pode ainda falar em espetáculo do crescimento e muito menos em desenvolvimento, mas já se pode constatar crescimento.

As empresas contratam (com carteira assinada ou ilegalmente), novos turnos são criados, aumenta o montante das participações nos lucros e resultados, os reajustes cobrem ou superam a inflação acumulada nas datas-base, o funcionalismo público federal aceita

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



Hora de tirar das gavetas as pautas de reivindicação e impulsionar a luta

recomposições significativas das remunerações, melhora o crédito aos trabalhadores (que se libertam do agiota e saldaram suas dívidas) e os aposentados vêem reconhecidos seus direitos à correção de benefícios.

Os resultados positivos ainda não decorrem de grandes mobilizações dos trabalhadores. Os aspectos institucionais têm predominado sobre a reativação do movimento sindical.

POTENCIAL DE LUTA

Além disto, o passivo acumulado é muito grande e vem de muito tempo. Como já escrevi anteriormente, a massa salarial hoje é a mesma de vinte anos atrás. É evidente que o “ajuste” neoliberal vinha se fazendo por meio do desemprego e da queda dos salários (dando vantagens ao lucro, aos juros e aos impostos).

Mesmo agora, na atual conjuntura positiva, a diminuição do desemprego se faz acompanhar de cortes no salário (empregando pessoas com salários menores ou contratando ilegalmente com salários baixíssimos).

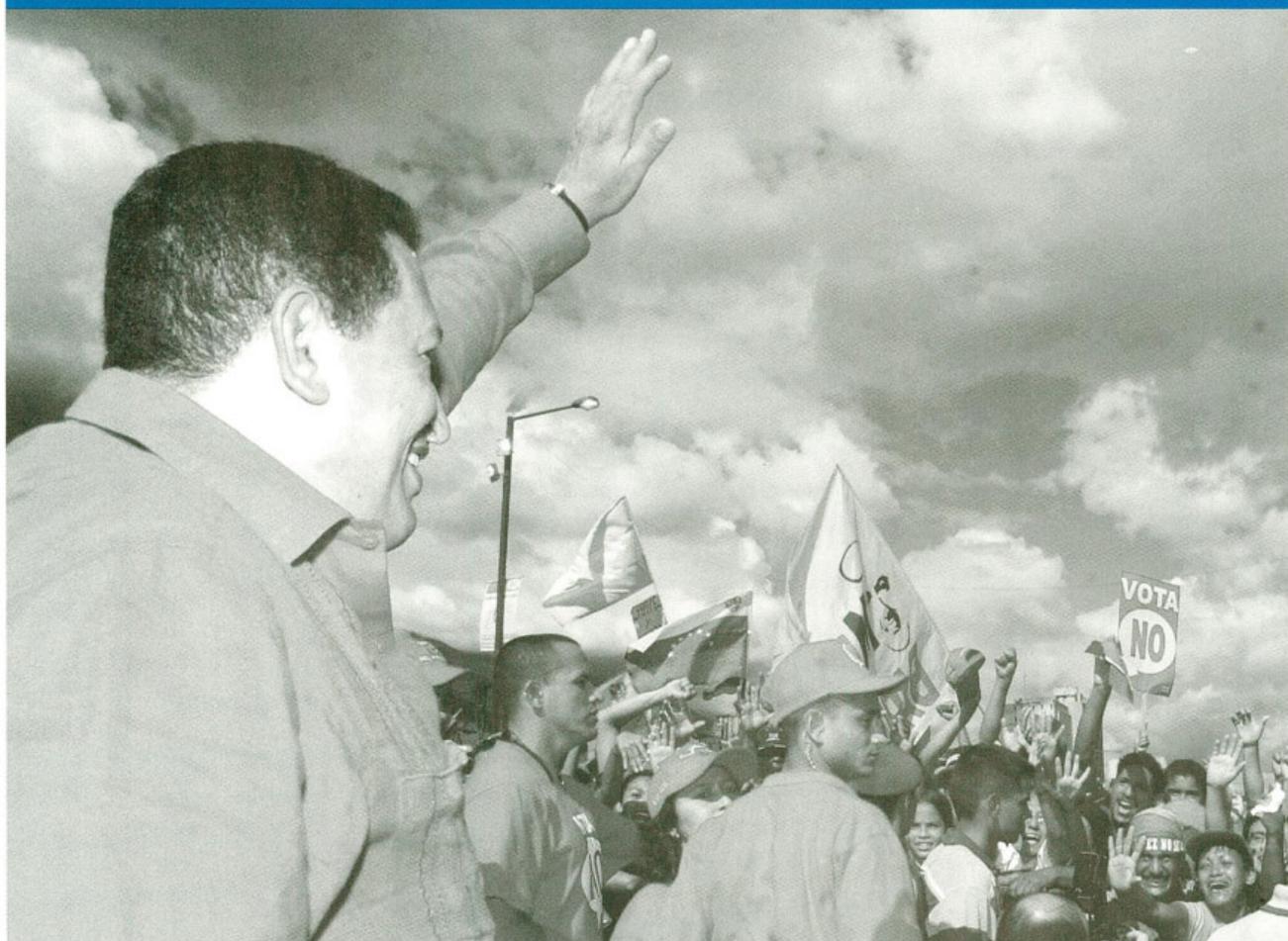
E, no entanto, “a misteriosa curva da reta” nos ensina que, do ponto de vista sindical, é menos difícil lutar para recompor salário do que contra o desemprego. A luta contra as “percas” mobiliza; o desemprego desmobiliza cada vez mais. Lutar contra baixos salários é lutar, às vezes, com um braço machucado; lutar contra o desemprego é lutar com um braço amputado, ou os dois.

“BUSCAR O NOSSO”

É por acreditar nisto (e não me deixar seduzir por esquemas propagandísticos, sejam laudatórios, sejam depreciativos) que venho recomendando aos dirigentes sindicais que tirem das gavetas as pautas de reivindicação e impulsionem lutas pela recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores e por melhoria nas condições de trabalho (inclusive redução de jornadas, de horas extras e de bancos de horas).

A grande contribuição do movimento sindical na conjuntura é exatamente a de “buscar o nosso”, porque ao fazer isto estamos dando força à economia real e ao desenvolvimento (basta pensar, por exemplo, no montante das PLRs “injetadas” na economia) e derrotando os rentistas, os pessimistas e os cínicos.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo



O novo sindicalismo na Venezuela

No amplo auditório da Universidade Bolivariana de Caracas, Franklin Rondon, um dos 21 coordenadores da União Nacional dos Trabalhadores (UNT), anuncia a uma plenária de sindicalistas estrangeiros: “Não estamos dispostos a perder o que conquistamos nesses seis anos. Faremos de tudo para defender as nossas conquistas. Em assembléias nessa semana, os petroleiros de

A revolução bolivariana, reforçada com a consagrada vitória do presidente Hugo Chávez no referendo de 15 de agosto, abriu um nova fase para o sindicalismo na Venezuela

ALTAMIRO BORGES

todo o país já decidiram que não enviarão uma gota de petróleo aos EUA caso o governo Bush insista em sabotar a nossa revolução e não aceite a vitória do presidente Chávez no referendo. Ele que não meta mais o nariz em nosso país porque senão vai faltar petróleo nos EUA”. A incisiva decisão dos petroleiros é saldada com entusiasmo pelos presentes.

“Os petroleiros já decidiram que não enviarão uma gota de petróleo aos EUA

Roger Touissant, dirigente do Sindicato dos Metroviários de Nova Iorque, promete reforçar o apoio à luta dos venezuelanos por uma nova sociedade. “Quem move o mundo está disposto a mudar o mundo”, diz. Já Arturo Griffiths, panamenho radicado nos EUA e presidente da maior entidade sindical desse país, a União dos Empregados em Serviços, não contém a sua alegria com os avanços da revolução bolivariana. “Ela hoje inspira os lutadores dos EUA”. Benedito Barbosa, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, afirma que “a Venezuela é a vanguarda da luta contra o imperialismo”. E Gilson Reis, da executiva nacional da CUT, arranca gargalhadas de todos ao propor “a criação de um Centro Chávez para fiscalizar as eleições nos EUA, onde Bush costuma cometer fraudes”. A proposta é aprovada por unanimidade!

Esta cena contagiante, uma das muitas presenciadas nos quatro dias de estadia em Caracas, de 14 a 17 de agosto, revela a força da revolução bolivariana, uma experiência original e ousada de luta pela soberania nacional, pela ampliação da democracia e por justiça social. Essa vitalidade é que garantiu a consagradora vitória do governo Hugo Chávez no referendo popular de 15 de agosto passado, com 59,2% de aprovação – mais de 1,8 milhão de votos sobre a oposição oligárquica. Ela também é que impulsiona uma verdadeira “revolução sindical” nesse país. Hoje o sindicalismo venezuelano é um agente ativo no processo político nacional; defende as conquistas da revolução e luta por

Com apoio da Ciosl, dirigentes da CTV apoiaram o pacto das elites, ganharam cargos nababescos e patrocinaram golpes contra Hugo Chávez

ampliar os direitos dos trabalhadores.

No processo do referendo, a UNT se engajou de corpo e alma nas “patrulhas eleitorais”, comitês unitários forjados pelo povo para divulgar o no à revogação do mandato de Hugo Chávez. Ela liderou a campanha “tirem as mãos da Venezuela”, contra as oligarquias golpistas e a ingerência do império. Segundo Stalin Pérez Borges, coordenador da central, “as nossas organizações de base, que agrupam quase dois milhões de trabalhadores ligados à UNT, concordam que o inimigo principal do nosso processo revolucionário é o energúmeno George Bush, que habita a Casa Branca na espúria condição de presidente dos EUA. Ele representa a ideologia e a estratégia dos opositores; seus organismos e representantes legais e encobertos é que financiam e levam adiante a sua política e tática golpistas; eles formam o complot imperialista”^[1].

VIRADA HISTÓRICA

A União Nacional dos Trabalhadores teve sua origem em 5 de abril de 2003, num ato

político em Caracas que unificou várias correntes sindicais contrárias à ação direitista e corrupta da Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV). Num primeiro momento, ela teve a adesão da Força Bolivariana dos Trabalhadores, Autonomia Sindical, Bloco Sindical Classista e Democrático, de sindicatos democráticos e de expressivas federações regionais, como a do setor público, dos metroviários e dos químicos. O acordo unitário serviu como alavanca para o congresso de fundação da UNT, em 1º e 2 de agosto de 2003, com a participação de mais de 1500 delegados eleitos em todo o país, representando 120 sindicatos e 25 federações regionais.

O congresso firmou uma declaração de princípios enfatizando que a UNT é um “movimento autônomo, democrático, solidário e



caso o governo Bush insista em sabotar a nossa revolução”

internacionalista, classista, independente e unitário”. Também afirma que a nova central “luta pela transformação do sistema capitalista numa sociedade autogestionária” e por “um novo modelo de desenvolvimento anticapitalista e autônomo que emancipe os seres humanos da exploração de classe, da opressão, da discriminação e da exclusão”. Entre outras bandeiras, ela defende a nacionalização dos bancos, o controle dos trabalhadores sobre as empresas fechadas pelos capitalistas, o não pagamento da dívida externa e a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais^[2].

A partir da sua fundação e da postura classista em defesa da revolução bolivariana, a UNT atraiu várias entidades antes vinculadas à CTV, que hoje é “praticamente uma casca vazia”, segundo Orlando Chirino, outro

dirigente da nova central^[3]. Em 17 de abril passado, com a presença de 4 mil lideranças, a UNT lançou uma campanha com o objetivo de elevar o índice de sindicalização no país – passando dos atuais 15% para 80% dos trabalhadores venezuelanos. Já no 1º de Maio, ela comemorou outras duas importantes vitórias. A primeira foi o anúncio presidencial do aumento de 30% no salário mínimo e da extensão da proibição de demissões imotivadas nas empresas. A segunda, bastante festejada, foi sobre os avanços na incorporação à entidade da CUTV, outra central de oposição aos velhos burocratas da CTV.

O fortalecimento da UNT, que hoje já conta com a adesão de 600 sindicatos e 37 federações regionais – inclusive das duas maiores entidades representativas da estratégica categoria dos petroleiros (Fedepetrol e Sinutrapetrol) –, marca uma virada histórica no sindicalismo venezuelano. É fruto do processo de caráter revolucionário aberto neste país vizinho, especialmente a partir da eleição do presidente Hugo Chávez em dezembro de 1998. O avanço da revolução bolivariana, a mais radicalizada experiência de enfrentamento ao neoliberalismo na América do Sul, tem profundos impactos no mundo sindical. Ela forjou novas lideranças classistas e serviu para desmascarar a postura reacionária e burocrática da CTV.

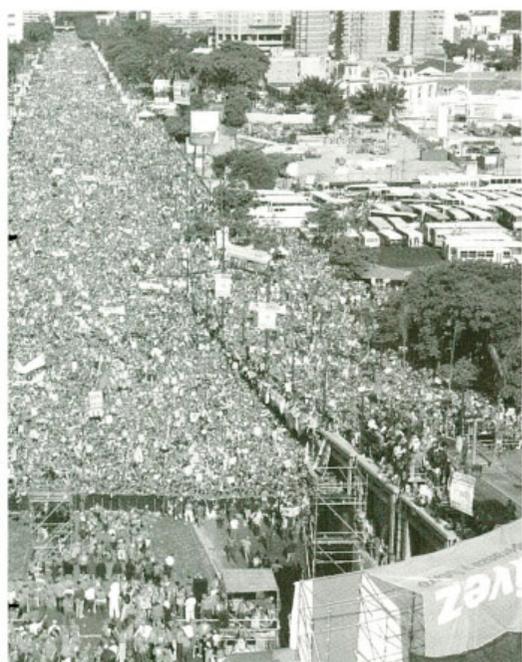
DERROTA DOS GOLPISTAS

Durante 40 anos, desde a queda da ditadura do general

Campanha nacional da UNT visa elevar o índice de sindicalização no país dos atuais 15% para 80% dos trabalhadores venezuelanos

Marcos Jimenez em 1958, a CTV foi sustentáculo do bipartidarismo que dominou o país, formado pela Ação Democrática (AD, socialdemocrata) e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei, socialcristã). Aos poucos, seus dirigentes foram incorporados ao pacto conservador, com a missão de conter as lutas operárias e eliminar todos os focos de contestação ao regime. Como prêmio, centenas de “sindicalistas” da CTV receberam cargos nababescos em diretorias de institutos previdenciários, de autarquias estatais e até de bancos oficiais. Já as lideranças contrárias ao peleguismo foram excluídas das eleições sindicais, demitidas de seus empregos e, inclusive, assassinadas. A própria OIT registrou várias queixas contra a “ausência de liberdade sindical” no país^[4].

A vitória de Hugo Chávez acabou com o sossego da corrompida burocracia sindical. Sem contar com uma consistente





José Canache. La Rosa/www.aporrea.org

base social organizada, Chávez incentivou os núcleos de oposição à CTV, apoiou a criação da Força Bolivariana de Trabalhadores e privilegiou as relações com a CUTV. Diante da furiosa reação dos pelegos, o governo convocou, em dezembro de 2000, um referendo para avaliar o papel do sindicalismo. Dos 2,63 milhões de votantes, 72,3% optaram pela “renovação das direções sindicais num prazo de 180 dias e a imediata suspensão de seus mandatos”. Mas uma manobra da CTV, com ostensivo apoio da Ciosl (Confederação Internacional das Organizações Sindicais “Livres”), abortou este processo de renovação.

A direção ilegítima da CTV, eleita em novembro de 2001 num processo fraudulento não reconhecido pela Comissão Nacional Eleitoral, teve participação direta no golpe fascista de 11 de abril de 2002, aliando-se à poderosa federação

patronal – Fedecamaras. No dia do golpe, Carlos Ortega, secretário-geral da central, liderou a passeata que marchou contra o palácio presidencial de Miraflores. Fracassado o golpe de estado, a partir de gigantescas manifestações populares pelo retorno de Hugo Chávez, a CTV passou a articular o “paro nacional”, deflagrado em dezembro de 2002. Segundo recentes denúncias, esta paralisação recebeu financiamento direto do governo dos EUA através do Fundo Nacional pela Democracia (NED).

Esta nova ação golpista, na verdade um locaute patronal, causou enormes prejuízos à economia nacional – o PIB teve uma queda de 27% no primeiro semestre de 2003 –, mas também foi derrotada. A maioria dos sindicatos, inclusive dos petroleiros, colocou-se frontalmente contra a ação reacionária da CTV. Diante do

fechamento das empresas, os trabalhadores as ocuparam e mantiveram a produção num processo de autogestão. Carlos Ortega teve a sua prisão decretada e se exilou na Costa Rica. Recentemente, ele participou de um protesto antichavista em Miami (EUA) e propôs a formação de grupos armados terroristas. Por este motivo, o governo da Costa Rica anunciou que pretende expulsá-lo do seu território.

Como afirma a UNT, “a direção ilegítima e não eleita da CTV, ao haver participado do golpe de estado de abril de 2002 contra o governo democrático do presidente Chávez e ao ter se aliado aos patrões no ‘paro nacional’ e na sabotagem petroleira, perdeu o direito de representar os trabalhadores venezuelanos”. Como se observa, o processo revolucionário na Venezuela abriu uma nova e promissora fase para o sindicalismo na nação vizinha. Hoje é um exemplo para os trabalhadores dos outros países do continente.

NOTAS

- 1- Stalin Pérez Borges. “Un caracter antiimperialista e internacionalista en la Batalla de Santa Inés”.
- 2- “A situación sindical en Venezuela”. Boletim da UNT, maio de 2004.
- 3- René Benedico Luzón. “UNT: otro sindicalismo es posible”. Rebelión, 08/07/04.
- 4- Altamiro Borges. “Golpismo e peleguismo na Venezuela”. Debate Sindical, dezembro de 2002.

Altamiro Borges é editor da revista *Debate Sindical*

A China e a questão nacional



Antônio Milena/ABR

A parceria Brasil-China, anunciada pelo presidente Lula em recente visita àquele país, é estratégica e está em consonância com a ascensão daquela potência mundial

ELIAS JABBOUR

Longe de ser uma idealização, uma nova ordem na correlação de forças no mundo

Bandeira de ampliação tática, tarefa que se coloca, a questão nacional – que outrora consistia em garantir a expansão de nosso parque industrial (1930) ou, trocando em miúdos, em viabilizar a existência de uma indústria que contemplasse as necessidades políticas, econômicas e sociais do país – hoje se coloca, de forma simplificada, na criação de condições objetivas para o rompimento definitivo com o imperialismo.

Para tal faz-se indispensável conceber um aparelho de intermediação financeira de caráter nacional (bancos e mercado de capitais), com condições de transferir recursos, garantindo assim a utilização plena de nossa capacidade produtiva, suprindo assim nossa indústria de base de condições para o enfrentamento do imenso desafio de desatar o estrangulamento de nossas infra-estruturas, além de substituir o FMI como instituição que cumpre atualmente este papel de intermediador.

Esse hipotético capitalismo financeiro brasileiro entraria em choque com o capitalismo financeiro internacional, da mesma forma que o nascente capital industrial brasileiro da década de 30 chocou-se com o capital industrial inglês.

O único fato histórico inerente a cada momento em que a questão nacional vem à baila é a troca de hegemonia na economia mundo. Em 1822 trocamos a hegemonia portuguesa pela inglesa e em 1930 a trocamos pela norte-americana. Esta hegemonia atualmente trava o processo de aprofundamento da

revolução burguesa no Brasil iniciado com a subida de Vargas ao poder em 30 e que na década de 90 entrou num processo de apostasia, ou seja, uma contra-revolução aberta.

Como economia periférica, o Brasil deve incrementar suas relações com o que há de mais dinâmico e progressista no mundo. Isto é pré-condição para a solução da “presente” questão nacional. Utilizando as palavras do embaixador Amaury Porto de Oliveira, “a China surge como alternativa”.

A China é o único país em condições de substituir os EUA como centro mais dinâmico da economia mundial

ALTERNATIVA CHINESA

Como já descrito, a solução da questão nacional é um processo muito mais complexo do que aparenta. Se, do ponto de vista interno, sua solução passa pelo aparelhamento de um sistema financeiro nacional, do ponto de vista externo este processo se dá *pari-passu* com o reordenamento de nossas relações comerciais. Assim, a parceria estratégica Brasil-China, anunciada por Lula em visita àquele país, está em consonância com este objetivo.

A República Popular da China, que desde 1978 se dispôs a ocupar seu verdadeiro lugar no mundo, é o único país em

condições de substituir o imperialismo norte-americano como centro dinâmico da economia mundial. Os fatos comprovam isto e seria um ato repetitivo expô-los.

As condições de substituir os EUA estão sendo criadas com exportações cada vez mais diversificadas, um mercado interno crescente, um exército em modernização e o mais significativo sob o meu ponto de vista: a unificação de um território econômico com mais de 9 milhões de km², interligado por uma imensa rede rodoviária, ferroviária e linhas transmissoras de energia e informação. O impacto da composição desta economia continental unificada no mundo será muito semelhante ao criado quando os EUA unificaram o seu território na segunda metade do século XIX.

Desta forma, a China caminha, nos próximos 30 anos, no sentido de superar o impasse fordista, ao mesmo tempo em que coloca o pé no que se convencionou chamar de Terceira Revolução Industrial, ilustrada no envio de um astronauta ao espaço, quebrando assim o monopólio dos EUA e da Rússia na detenção deste aparato tecnológico. O recado foi dado.

Outro aspecto progressista e que evidencia a “alternativa chinesa” está na forma como se dão as relações desse país com a periferia do capitalismo. A China, que historicamente nunca foi uma potência colonial (somente a foi quando governada por mongóis e manchus), apesar de dispor de condições para isto, de tempos em tempos anuncia sua disposição de nunca se tornar

está se abrindo com a ascensão da China

uma potência imperialista. É importante expor tal coisa num momento em que analistas pseudo-radicais de esquerda chamam a atenção para o surgimento no futuro de um tal “imperialismo chinês”. Ora e a bem da verdade, é fato que a China mantém déficits comerciais planejados com toda a periferia do capitalismo. A agressividade comercial chinesa está voltada para o centro e não para a periferia.

Outros fatos importantes ficam por conta da consistente defesa no âmbito da ONU do perdão da dívida externa do terceiro mundo, a composição sob a forma do chamado G-22 no âmbito da OMC e na transferência de tecnologias para construção de usinas hidrelétricas e termelétricas para países pobres da África (Angola, Etiópia, Guiné).

Enquanto o imperialismo resolve historicamente seus problemas energéticos por meio da guerra e da pilhagem, a China assinou acordos bilaterais como no ilustrativo caso que envolveu créditos da ordem de US\$ 5 bilhões para Angola, acrescidos de toda a tecnologia disponível no país em prospecção de petróleo, sem cobrança de tal transferência tecnológica. Angola se comprometeu pagar em 10 anos este empréstimo em óleo cru, tempo este que, segundo o contrato assinado pelos governos dos dois países, pode ser revisto para cima (*People's Daily*, 20/04/2004).

Longe de ser uma idealização, uma nova ordem na correlação de forças no mundo está se abrindo com a ascensão da China.



NO CRAVO E NA FERRADURA

Por mais significativa que seja para a solução da questão nacional, a aproximação com a China, resultado de uma política externa que prioriza acordos bilaterais, o planejamento do comércio exterior e a conseqüente mudança de centro de gravidade em que o Brasil gira atualmente, a realidade é que muito ainda há de ser feito para a solução da “presente” questão nacional.

Se por um lado o surgimento da China como potência que irá substituir os EUA como a nação mais dinâmica do planeta foi bem assimilada por este governo, por outro é hora de começarmos a equacionar o problema interno. Isto passa pelo enfrentamento, a exemplo dos chineses, dos nossos verdadeiros problemas e não dos nossos problemas importados (inflação, reformas estruturais, etc.).

A questão nacional e sua solução passam pela mudança da política macroeconômica e, para

isto, poderíamos nos inspirar em algo que não falta para a classe política chinesa: coragem política.

NOTA

Dedico esse artigo ao economista maranhense Ignácio Rangel (1914-1994) que completaria 90 anos. A vitalidade de seu pensamento, fruto de uma criatividade e radicalismo peculiares, continua a iluminar o futuro do Brasil, a compreender e esmiuçar a questão nacional e a nos estimular ao combate e ao debate. As bases teóricas para essa curta apresentação estão contidas no ensaio assinado por Rangel “Revisitando a questão nacional”, publicado nos *Encontros com a Civilização Brasileira*, número 27, 1980.

Elias Jabbour é mestrando do programa de pós-graduação em geografia humana da USP; esteve na China em pesquisa de campo entre os dias 17 de março e 10 de junho



Manifestação pelo aumento do salário mínimo. Rio de Janeiro, 18/02/1954

No quinquagésimo aniversário do suicídio de Getúlio Vargas, o autor aborda a tensa e errática relação dos comunistas no seu segundo governo

AUGUSTO BUONICORE

Getúlio Vargas e o movimento sindical

No 1º de Maio de 1951, Getúlio Vargas anunciou uma nova aproximação com os trabalhadores. “Preciso de vós; preciso de vossa união; preciso que vos organizeis solidamente em sindicatos; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo, para que este possa dispor de toda força de que necessita para resolver os vossos próprios problemas”. Ou seja, ele conclamou os trabalhadores a ingressarem nos sindicatos para apoiar o governo, dando-lhe a base popular necessária para a realização de seu projeto. Isto era

fundamental para re-equilibrar a correlação de forças em favor das correntes industrialistas.

Durante a campanha eleitoral, Vargas criticou as intervenções sindicais promovidas no governo Dutra e prometeu entregar os sindicatos através de eleições livres. Dias após a sua posse, uma comissão de trabalhadores visitou o ministro do Trabalho Danton Coelho e cobrou o fim do “atestado de ideologia”. Ele, porém, deixou claro qual era sua visão sobre a liberdade sindical. “Sou inteiramente contrário ao atestado de ideologia. Apenas não

permitirei que nenhum comunista tome parte das direções sindicais... Os trabalhadores terão o direito de escolher seus dirigentes sindicais contanto que não sejam comunistas”.

No primeiro ano, o governo continuou sem empossar várias diretorias com participação dos comunistas e colocou sob intervenção vários sindicatos, como os dos marceneiros e têxteis de São Bernardo do Campo, que estavam dirigindo greves em suas categorias. Durante uma greve dos metalúrgicos em Belém,

Vargas determinou o fechamento do sindicato. Na eleição para o Sindicato dos Operários Navais do Distrito Federal, ele negou o registro à chapa encabeçada pelos comunistas.

Também reprimiu manifestações operárias quando elas fugiam do controle e representavam uma ameaça ao seu projeto de incorporação subordinada das massas populares. Em abril, a polícia política impediu a realização da 2ª Conferência Sindical dos Trabalhadores do Distrito Federal, então no Rio de Janeiro. No 1º de Maio, as manifestações não oficiais foram duramente reprimidas. Houve ainda repressão seletiva aos movimentos grevistas. O primeiro grande confronto entre o governo Vargas e os grevistas se deu no próprio mês de maio, quando da greve dos ferroviários da Rede de Viação do Rio Grande do Sul. Diante do impasse nas negociações, os governos estadual e federal enviaram tropas do exército contra os grevistas.

No mesmo mês, o governo suspendeu as atividades da Associação dos Trabalhadores de Barretos. Esta havia dirigido uma importante greve na cidade. Outro caso grave foi o fechamento da Associação dos Trabalhadores do Arsenal da Marinha. Em outubro, a polícia ocupou a sede da associação, dissolveu uma

Em 1952, o governo extingue o atestado ideológico e muda sua relação com o movimento sindical, adotando uma postura mais progressista

assembleia e prendeu cerca de 80 operários. Vários deles ficaram detidos durante meses e denunciaram terem sofrido torturas. Tudo isto ocorreu no primeiro ano do governo Vargas.

ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS

No entanto, em 1º de maio de 1952, Vargas sancionou a lei que pôs fim ao atestado ideológico. Isto sinalizava uma mudança de posição do governo em relação ao movimento operário e sindical. Uma mudança no sentido da radicalização da política populista, que terá como ponto alto a indicação de João Goulart para o Ministério do Trabalho em junho de 1953.

Após o apelo de Vargas para o ingresso dos trabalhadores nos sindicatos, os comunistas reforçaram a sua política de retomada destas organizações. Afirmou João Amazonas: “Devemos chamar os trabalhadores para ingressarem nos sindicatos com a finalidade de lutarem ativamente por suas reivindicações e arrancá-las das mãos dos pelegos e do Ministério do Trabalho. Dentro dos sindicatos ministerialistas, a luta pela liberdade sindical deve ser realizada através de campanhas pela convocação de assembleias de massa, por eleições livres, pelo direito dos sindicatos (...) se filiarem abertamente à CTB. Simultaneamente devem lutar pela organização sindical dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho (...), pois a unidade e a organização sindical têm, nas empresas, o seu ponto de apoio fundamental”.

Pelo menos um dos aspectos da política sindical dos comunistas vinha ao encontro dos interesses de Vargas. Era, justamente, a diretiva de “encher os sindicatos”.

Aproximação entre comunistas e setores mais avançados do trabalhismo não altera a posição do partido de crítica ao governo Vargas

Mas os comunistas não cansaram de afirmar que, embora se aproveitando de uma iniciativa governamental, seus objetivos e os de Vargas eram fundamentalmente diferentes. O governo queria levar os trabalhadores para os sindicatos para controlá-los e os comunistas para unificá-los e encaminhá-los para a luta por seus interesses imediatos e históricos, desmascarando a política demagógica de Vargas. A partir do segundo semestre de 1951, os comunistas passaram a incentivar a formação de comissões sindicais nas empresas. Estas deveriam gradualmente integrar-se à estrutura sindical, como elo entre as diretorias sindicais e as bases operárias.

AUTOCRÍTICA SINDICAL

O documento “Ampliar a organização e a unidade da classe operária”, aprovado em julho de 1952, abriu uma nova fase na política sindical dos comunistas. No balanço sobre o desenvolvimento da sua política sindical desde o início de 1948, a direção do PCB foi bastante crítica. Afirmava o documento: “Não colocamos (...) de maneira justa o problema da unidade do movimento operário (...). A própria diretiva da organização nas empresas, acertada em princípio, para ser justa deveria

“Os trabalhadores terão direito de escolher seus dirigentes sindicais contanto

apresentar claramente como tarefa precípua de tais organismos reforçar a luta dos trabalhadores e levá-los à conquista de seus sindicatos e não à criação de novas associações profissionais ou de uma nova organização sindical no país”.

O documento constatava uma resistência acentuada da militância em acatar a diretiva de atuar nos sindicatos sob intervenção: “Persistem incompreensões que se manifestam, de um lado, na resistência que muitos comunistas opõem ainda à tarefa de ingressar nos sindicatos e neles trabalhar ativamente; de outro, na aceitação passiva das arbitrariedades do governo no movimento sindical, na adaptação comodista às condições existentes, sem maior esforço para levar os operários sindicalizados a lutarem concretamente pela liberdade e pela independência”.

A nova política sindical propôs uma aproximação com as direções menos burocratizadas e mais próximas das aspirações dos trabalhadores. Os comunistas procuraram formar chapas unitárias para concorrer às eleições sindicais. João Amazonas afirmou: “Nesta luta não se trata

de atacar este ou aquele grupo de operários de cujas opiniões divergimos. Isto seria ajudar a divisão almejada pelo ministério. A luta não é entre os trabalhadores, mas dos trabalhadores contra a interferência ministerialista... Torna-se, assim, urgente, organizar chapas unitárias, amplas, capazes de reunir a grande maioria dos sindicalizados”.

Esta nova política dos comunistas, somada a relativa liberalização da vida sindical, permitiu que estes ampliassem sua influência no movimento sindical, do qual haviam sido praticamente excluídos durante o governo Dutra. Em março de 1953, por exemplo, os comunistas dirigiram uma das principais greves operárias ocorridas no Brasil que envolveu 300 mil trabalhadores paulistas e durou cerca de um mês. Ela teve forte impacto na vida política nacional. Poucas semanas depois entraram em greve nacional mais de 100 mil marítimos. Estas paralisações massivas criaram as condições para que se constituísse um embrião de central sindical, o Pacto de Unidade Intersindical, sob hegemonia comunista.

SUICÍDIO DE VARGAS

A aproximação entre os comunistas e os setores mais avançados do trabalhismo no movimento sindical não alterou a posição do partido em relação ao governo Vargas. Em meio ao movimento grevista, Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, chegou a afirmar que o governo

Vargas reprimiu manifestações operárias quando elas fugiam ao controle e representavam ameaça ao seu projeto de incorporação subordinada dos trabalhadores

era “um governo de traição nacional, um governo de guerra, de fome e de reação” e conclamou para que se desencadeasse “uma luta firme e sistemática que o desmascare e o isole das massas”.

Em 15 de junho de 1953, visando recobrar o terreno perdido para os comunistas no movimento sindical, Vargas indicou João Goulart para o Ministério do Trabalho. Este, em fevereiro de 1954, apresentou a proposta de reajuste de 100% no valor do salário mínimo, roubando a principal bandeira das lideranças comunistas. Diante da forte reação conservadora, o governo recuou e destituiu Goulart. Isto não deteve a

O governo propõe dobrar o valor do salário mínimo e sofre violenta pressão da oposição conservadora; o suicídio se avizinha

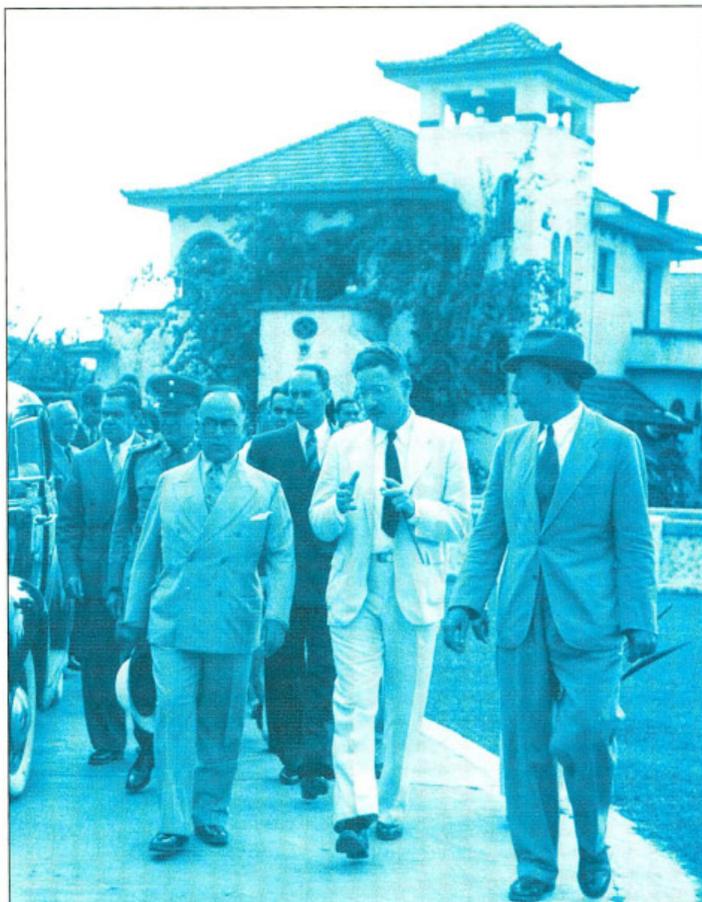
que não sejam comunistas”, afirmou Vargas no início do seu segundo governo

avalanche oposicionista, encabeçada pela UDN. Em resposta, no 1º de Maio de 1954, Vargas decretou o reajuste de 100% no salário mínimo. O governo sinalizava assim para uma aliança preferencial com as classes populares. O PCB não compreendeu isto e acabou fazendo o jogo das forças mais conservadoras. Segundo os comunistas, Vargas continuava sendo um governo “de traição nacional” e “inimigo do povo”.

No dia 24 de agosto, diante de um golpe militar, o presidente Vargas suicidou-se. Ao saber da morte do presidente, o povo se rebelou nas principais cidades brasileiras. Redações dos jornais e sedes dos partidos oposicionistas foram atacadas pela multidão e as representações do governo norte-americano foram objetos de hostilidades em todo país.

O jornal comunista *Imprensa Popular*, que circulava no dia do golpe, trazia uma entrevista com Prestes no qual afirmava: “O senhor Vargas já confessou repetidamente que não se sente bem nas suas roupagens de presidente constitucional, mas falta-lhe ainda a força indispensável para realizar o golpe de Estado, liquidar os últimos vestígios constitucionais e implantar a ditadura terrorista que almeja”. Por esta posição anti-Vargas, os comunistas acabaram sendo alvos da fúria popular. No Rio Grande do Sul, o jornal comunista *Tribuna Gaúcha* teve sua sede depredada.

O impacto da morte de Vargas e as grandes mobilizações populares antiimperialistas levaram o PCB realizar uma surpreendente guinada na sua



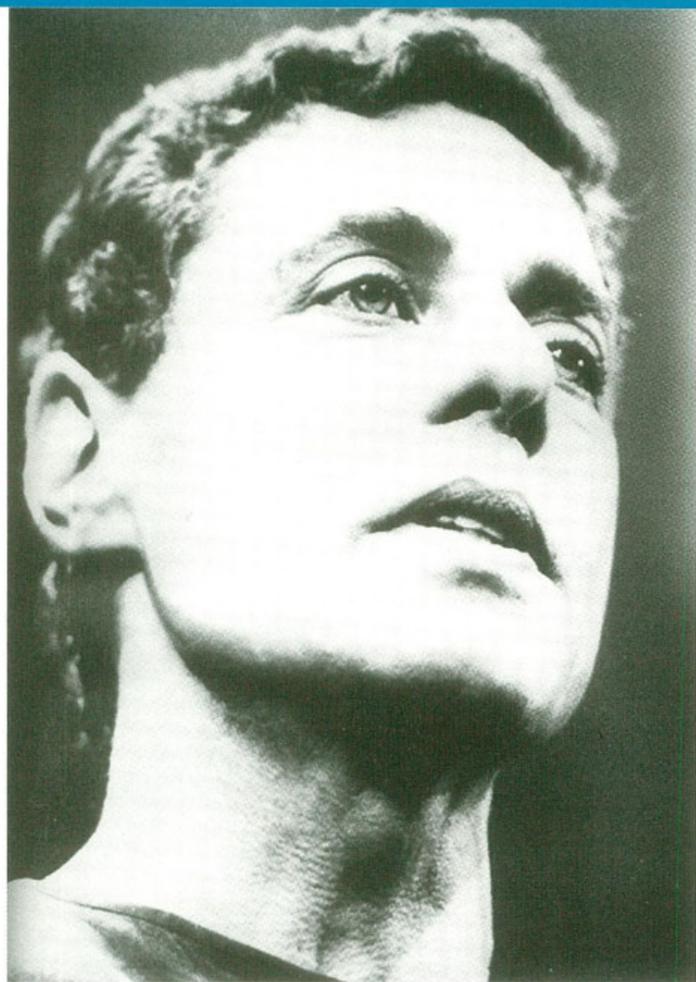
política de alianças e a se aproximar dos trabalhistas. “O momento exige que trabalhistas e comunistas se dêem fraternalmente as mãos e que juntos lutem em defesa das leis sociais conquistadas”, afirmava um documento do PCB. Iniciava-se assim uma nova etapa da história do Brasil e do Partido Comunista do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- Benevides, Maria Vitória M. (1989). *O PTB e o trabalhismo*. Ed. Brasiliense, SP.
- Boito Jr, Armando (1982). *O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo*. Ed. Brasiliense, SP.
- Buonicore, Augusto C. “Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre

- 1948 e 1952”. In *Cadernos AEL*, IFCH-Unicamp, 2000.
- Carone, Edgard (1982). *O PCB (1943 a 1964)*. Ed. Difel, SP.
- D’Araújo, Maria Celina S. (1992). *O Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Ed. Ática, SP.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves (1989). *PTB - Do Getulismo ao reformismo*. Ed. Marco Zero, SP.
- Gomes, Ângela de Castro (org.-1994). *Vargas e a crise dos anos 50*. Ed. Relume Dumará, RJ.
- Segatto, José Antonio (1989). *Breve história do PCB*. Oficina de Livros, BH.
- Silva, Hélio (1978). *1954: Um tiro no coração*. Ed. Civilização Brasileira, RJ.

Augusto César Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp, integrante da comissão editorial das revistas *Princípios* e *Crítica Marxista* e do conselho de redação da *Debate Sindical*



O poeta da gente

Autor de uma obra de rara qualidade, tanto musical como literária, e sempre sintonizada com a realidade do seu país, Chico Buarque de Hollanda faz 60 anos

RONIWALTER JATOBÁ

Pouco antes de morrer vitimado por um infarto em janeiro de 2004, o poeta e militante negro Arnaldo Xavier comentava sobre as dificuldades do artista durante o regime militar (1964-1985). “Época de medos e assombros”, dizia ele. “Mas, nos piores tempos dos anos de chumbo, Chico Buarque era a voz de toda a nossa geração”.

Pura verdade. “A cada disco novo que ele soltava, buscávamos sentidos reais e imaginários nas suas letras e, pela sua engenhosidade e virulência, elas nos vingavam e nos faziam bem”, afirma o jornalista e escritor Ruy Castro num belo perfil sobre o compositor. “Nos anos sinistros

da ditadura, Chico Buarque falou por nós, os covardes ou os sem o seu talento. Não foi o único, é claro, mas era um dos mais visíveis – e audíveis”.

ESTRÉIA NA MÚSICA

Quarto dos sete filhos do historiador e sociólogo Sérgio

Chico Buarque avisou que não iria receber o prêmio se *A Banda* ganhasse sozinha; Vandré também foi premiado no festival

Buarque de Hollanda e de Maria Amélia, Chico nasceu no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1944. Aos dois anos de idade, mudou-se com a família para São Paulo, onde o pai assumiria a direção do Museu do Ipiranga. Quando completou oito anos, mudou de novo, desta vez para a Itália, onde seu pai foi dar aulas na Universidade de Roma.

Na volta da família ao Brasil, Chico foi morar em São Paulo, num sobrado da rua Buri, onde retoma os estudos. Cursa o ginásio e o científico no Colégio Santa Cruz, de orientação católica. Em 1963, ainda sem se decidir pela música, ingressa na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de

São Paulo (FAU), mas, no terceiro ano do curso, abandona a faculdade.

Em 1964, os militares depõem o presidente João Goulart, colocando por terra o regime democrático instaurado em 1945, após o final da Segunda Guerra Mundial. Neste mesmo ano de 1964, Chico marca sua estréia na música. Numa apresentação no Colégio Santa Cruz, onde havia estudado, ele interpreta a música *Canção dos Olhos*, sua primeira composição.

Já no ano seguinte, o “jovem tímido e de olhos cor de ardósia” entraria definitivamente no cenário musical do país com seu primeiro compacto, que trazia a música *Pedro Pedreiro* (Pedro Pedreiro penseiro esperando o trem/Manhã, parece, carece de esperar também/Para o bem de quem tem bem/De quem não tem vintém) e *Sonho de um Carnaval* (Carnaval, desenganol/Deixei a dor em casa me esperando/E brinquei e gritei e fui vestido de rei/Quarta-feira sempre desce o pano), nas quais mostrava a esperança e o dia-a-dia de um povo.

Foi ainda em 1965 que recebeu a incumbência de musicar o poema *Morte e Vida Severina*, do poeta pernambucano João Cabral de Mello Neto, encenado no Tuca (Teatro da Universidade Católica), em São Paulo. A peça foi tão bem aceita que obteve o primeiro lugar no Festival Internacional de Teatro de Nancy (França), em maio de 1966.

CONFRONTO COM A DIREITA

Mesmo sob a ditadura, o país passava nesse período por um momento extremamente fértil e

criativo nas artes. Era a época dos festivais. Chico sai na frente em 1966, vitorioso no II Festival da Música Popular Brasileira com *A Banda*, interpretada por Nara Leão. O prêmio foi dividido com *Disparada*, de Geraldo Vandré e Théo de Barros, interpretada por Jair Rodrigues. De acordo com o jornalista e crítico musical Zuza Homem de Mello, a premiação foi dividida por imposição de Chico, que avisou que não iria receber o prêmio se *A Banda* fosse vitoriosa sozinha. Realmente, a música de Chico venceu por sete votos contra cinco, mas mudaram o resultado, estabelecendo o empate, para evitar polêmica.

Fascinado pela musicalidade de Chico, o poeta Carlos Drummond de Andrade escreveu no jornal *Correio da Manhã* em 14 de outubro de 1966. “Viva a música, viva o sopro de amor que a música e banda vem trazendo, Chico Buarque de Hollanda à frente, e que restaura em nós hipotecados palácios em ruínas, jardins pisoteados, cisternas secas, compensando-nos da confiança perdida nos homens e suas promessas, da perda dos sonhos que o desamor puiu e fixou, e que são agora como o paletó roído de traça, a pele escarificada de onde fugiu a beleza, o pó no ar, na falta de ar”.

A partir de *A Banda*, Chico tem várias músicas premiadas

Nos tempos difíceis do AI-5, da censura, das prisões e mortes, Chico Buarque promove o seu auto-exílio em Roma

“Trata-se de uma pessoa normal, alegre, sem problemas graves de personalidade. Eu sei o que eu estou falando. Sou seu pai” – Sérgio Buarque de Hollanda

em festivais. Uma delas, *Roda Viva*, serve de tema para uma peça teatral do diretor paulista José Celso Martinez Correia. O espetáculo cria o primeiro confronto de Chico com a direita em São Paulo. O espetáculo foi interrompido pelo CCC (Comando de Caça aos Comunistas), que destruiu o cenário e espancou os artistas.

Nos anos seguintes, o país passa a sofrer ainda mais com o endurecimento da ditadura. Tempos difíceis: AI-5, censura, perseguições, prisões, repressão, mortes. Chico Buarque, então, promove um auto-exílio em Roma, onde a gravadora planejava divulgar seu trabalho pela Europa. Ali, lança dois discos, mas não tem sucesso. Em 1970, ele volta ao Brasil e lança seu quarto LP, marcado por um amadurecimento de seu trabalho. Agora, suas composições passam a transmitir um protesto político mais duro ao regime militar. Um marco dessa época é *Apesar de você* (Apesar de você/ Amanhã há de ser/Outro dia) numa referência direta ao ditador de plantão, o general Emílio



Carlos Cachça. Cartola e Chico Buarque

Garrastazu Médici, cujo governo foi o mais repressivo contra os opositores do regime.

RARA QUALIDADE

Hoje separado da atriz Marieta Severo, com quem viveu 30 anos e teve três filhas, Chico Buarque de Hollanda chega aos 60 anos com uma obra de rara qualidade, tanto musical como literária, e sempre sintonizada com a realidade e vida do país. Aliado a parceiros como Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Milton Nascimento, Toquinho, Edu Lobo e Francis Hime, entre outros, ele “compôs centenas de canções que conseguem, de forma singular, mesclar sofisticação e complexidade poética com singeleza popular”.

Exemplos disso são *Gente humilde* (Tem certos dias/Em que eu penso em minha gente), *Construção* (Amou daquela vez como se fosse a última/Beijou sua mulher como se fosse a última/E cada filho seu como se fosse o único/E atravessou a rua com seu passo tímido), *Pivete* (No sinal fechado/Ele vende chiclete/Capricha na flanela/E se chama Pelé) e *O meu guri* (Quando, seu moço, nasceu

Ele traduziu como nenhum outro autor o universo da mulher em músicas como *O meu amor* e *Mulheres de Atenas*

meu rebento/Não era o momento dele rebentar/Já foi nascendo com cara de fome/E eu não tinha nem nome pra lhe dar).

Realizou também *Tanto Mar* (Sei que estás em festa, pá/Fico contente/E enquanto estou ausente/Guarda um cravo pra mim), uma das mais belas homenagens à Revolução dos Cravos, em Portugal, e popularizou no Brasil as músicas dos cubanos Pablo Milanés e Silvio Rodriguez.

Traduziu como nenhum outro compositor o universo da mulher em músicas como *O meu amor* (O meu amor/Tem um jeito manso que é só seu/E que me deixa louca/Quando me beija a boca), *Com Açúcar*, *Com Afeto* (Com açúcar, com afeto/ Fiz seu doce predileto/Pra você

Repórter do seu tempo

“Ele não é apenas um extraordinário artista popular. É o mais significativo gesto cultural deixado pela geração que por volta de 1964 tinha 20 anos e começava a aparecer”.

Zuenir Ventura, escritor

“Talvez a marca de Chico Buarque (...) seja a radicalidade com que exerceu sua arte. Ele foi romântico, e radicalmente romântico, quando o país ainda se permitia a romantismos. E cantou *Carolina*, *Januária* e uma série de moças na janela. Ele foi provocador, e radicalmente provocador, numa época que o compositor chamou mais tarde de ‘página infeliz da nossa história’ em que não se permitiam provocações. E cantou *Apesar de você* como porta-voz de quase toda a Nação”.

Arthur Xexéo, jornalista

“Francisco é uma espécie de embaixador honorário das causas mais profundas e, muitas vezes, das mais perdidas. Escreveu, com raro brilho, registros do

tempo coletivo, da memória coletiva. Foi e é o repórter de seu tempo, de sua gente. Inventou versos impossíveis para o amor e o cotidiano. Ninguém jamais poderá falar de Francisco deixando de lado palavras como generosidade ou solidariedade”.

Eric Nepomuceno, escritor

“A imagem que o público fixou de meu filho não é correta. Para o público, Chico é tímido (antes de tudo, tímido), bonzinho, retraído. Nada disso. Pelo menos em família e com os amigos, é completamente diferente, um rapaz brincalhão, extrovertido, bem para fora. Quando ele aparece em público, torna-se diferente. Talvez seja o medo de parecer ridículo. Mas podem crer, ele não é tímido, nem bonzinho. É, sem dúvida, uma boa pessoa (...). Trata-se de uma pessoa normal, alegre, sem problemas graves de personalidade. Eu sei o que eu estou falando. Sou seu pai há 23 anos”.

Sérgio Buarque de Hollanda, em 1968

final dos anos 80, Chico reduziu sua produção musical. Lançou *Francisco* (1987), *Chico Buarque* (1989), *Paratodos* (1993) e *As cidades* (1999). A literatura, no entanto, ganhou um escritor de sucesso de público e de crítica. Nos últimos anos, publicou *Estorvo* (1991), *Benjamin* (1995) e, em 2003, *Budapeste*.

Roniwalter Jatobá é jornalista e escritor, autor de oito livros de ficção e história, entre eles *Crônicas da vida operária*, *O pavão misterioso* e *outras memórias*. Organizou a antologia de contos *Trabalhadores do Brasil – Histórias do povo brasileiro*



parar em casa/Qual o quê), *Mulheres de Atenas* (Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas/Vivem pros seu maridos, orgulho e raça de Atenas) e *O que será* (O que será que me dá/Que me bole por dentro, será que me dá/Que brota à flor da pele, será que me dá/E que me sobe às faces e me faz corar).

Além da música, Chico também marcou presença em outras áreas. No cinema a sua primeira participação foi em 1967, em *Garota de Ipanema*, de Leon Hirszman. Em 1972, escreveu as músicas e atuou – juntamente com Nara Leão e Maria Betânia – em *Quando o carnaval chegar*, de Cacá Diegues, que tinha como tema *Partido Alto*. Em 1974, escreveu as músicas para *Vai trabalhar, vagabundo*, filme de Hugo

Carvana. Também participou em *Para viver um grande amor* (1983) e criou temas para *Dona Flor e seus dois maridos* (1976), *Bye, bye, Brasil* (1979) e *Os saltimbancos trapalhões* (baseada em sua peça), em 1981.

Para o teatro, escreveu (com Rui Guerra) *Calabar ou O elogio da traição*, censurada pela ditadura, além de *Gota d'água* (uma versão da tragédia *Medéia*, de Eurípedes) e a *Ópera do malandro* (adaptação de a *Ópera do mendigo*, escrita por John Gay, e da *Ópera dos três vinténs*, de Bertold Brecht). A partir do

Medicina do trabalho ou a serviço do capital?

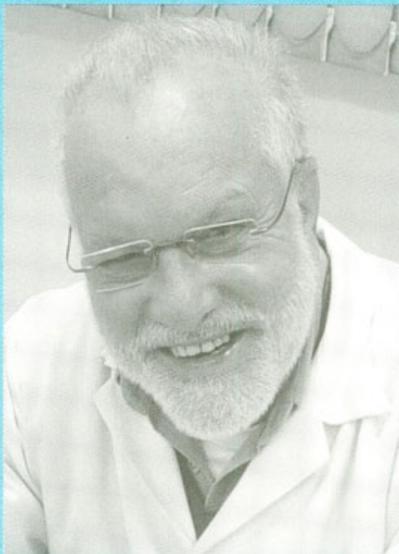
Os cem milhões de brasileiros com mais de 12 anos consomem metade de suas vidas adultas trabalhando. Parece escapar à maioria das pessoas, os profissionais de saúde entre elas, a relação tão óbvia do tempo de vida e trabalho com a saúde, não obstante devam ter experiência de que sem saúde não se trabalha e que o trabalho determina a perda súbita ou lenta da saúde e da vida de muita gente. Somente doenças genéticas e congênitas não estão associadas ao trabalho, mas qual o seu peso numérico no universo de adoecidos?

FEIÇÕES DE GENOCÍDIO

A relação do trabalho com a deterioração da saúde é conhecida há muitos séculos, embora tenha assumido feições de genocídio com a revolução industrial. Nos países que primeiro se industrializaram, milhões de operários de ambos os sexos, incluindo crianças, morreram por acidentes e doenças associadas ao trabalho antes que as primeiras legislações de proteção à saúde fossem implantadas.

Foi com base nessa legislação que se institucionalizou a medicina ocupacional e a figura do médico do trabalho, habitualmente com um pé no Estado, outro no emprego e a cabeça, em regra, feita pelo capital. Não é de

HERVAL PINA RIBEIRO



Violência oculta tornou caduca a legislação sobre saúde de trabalho

estranhar a subnotificação de acidentes e doenças típicas do trabalho no mundo industrializado.

REALIDADE DO BRASIL

A preocupação com o tema no Brasil percorreu caminho diferente, começando nas suas cidades portuárias, responsáveis por escoar produtos agrícolas e por ser a porta de entrada de produtos manufaturados. Foram as campanhas contra as endemias e epidemias de febre amarela, varíola e malária, que dificultavam os negócios, que levaram o Estado a sanear aquelas cidades e avançar para o interior seguindo as rotas de produção em campanhas que celebrizaram sanitaristas como Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz e Chagas Filho.

Essas e outras endemias e epidemias, porém, jamais foram

consideradas como doenças do trabalho. Os acidentes e doenças industriais só se tornaram um problema nacional quando o Brasil consolidou o seu processo de industrialização a partir de 1930. Ganhamos uma legislação específica que seguiu os passos dos países industriais europeus e o patronato reproduziu a mesma prática da negação e ocultação, com a convivência dos seus serviços especializados de medicina do trabalho e engenharia de segurança (SESMT).

VIOLÊNCIA OCULTA

Nas duas últimas décadas, em decorrência das inovações tecnológicas, a violência explícita do trabalho, traduzida em acidentes e doenças "típicas", cedeu lugar à violência oculta, determinando transtornos e doenças cuja associação com o trabalho não pode ser objetivamente comprovada, tornando caduco todo o arcabouço da legislação acidentária vigente.

Negando a relação de causa e efeito entre o trabalho e essa constelação de doenças contemporâneas, o patronato, com o respaldo dos seus médicos, remete as vítimas aos serviços médicos contratados das empresas. A saúde, dizem, é uma questão assistencial que deve se voltar ao indivíduo doente, opondo-se à concepção de que a questão de saúde do trabalhador requer políticas públicas por envolver interesses sociais comuns. Com que medicina ficamos? Com a do trabalho ou a do capital?

Herval Pina Ribeiro é professor-doutor em saúde pública e pesquisador da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

As políticas públicas não devem ser encaradas como meras medidas de compensação, mas sim estar voltadas, acima de tudo, para a emancipação social

As políticas públicas como alternativa

ANTONIO VIANA BALBINO

Torna-se urgente redefinir o objetivo das políticas públicas, que devem contribuir

As políticas públicas sempre são pautadas pela concepção de classe e pelo papel do Estado. Essas premissas são vitais ao se analisar a ação das várias esferas do governo na elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação de programas que consigam atingir as metas dos chamados três *Es* (eficiência, eficácia e efetividade). Política pública é tudo aquilo que se implementa num governo e que, de uma maneira ou de outra, traz resultados e conseqüências para o conjunto da população.

Até recentemente, as políticas públicas careciam de objetivos mais avançados no Brasil. Os sujeitos beneficiados eram encarados apenas com números estatísticos (objetos de favores) e não tinham um papel ativo (sujeitos de direitos) desde a origem até a conclusão de cada programa de governo. Além de não considerar estes elementos decisivos, as políticas públicas, em qualquer esfera governamental, não estavam comprometidas com as mudanças sociais exigidas pela nação.

REDEFINIR OS OBJETIVOS

Do ponto de vista macro, o Brasil possui hoje um projeto nacional de desenvolvimento que almeja promover transformações estruturais para superar o lamentável quadro de exclusão social existente. Partindo das premissas expostas acima e com base nesse projeto nacional, torna-se urgente redefinir o objetivo das políticas públicas. Elas não devem ser encaradas como meras medidas de

Na era neoliberal, as políticas públicas ficaram restritas à agenda econômica e aos sucessivos planos financeiros

compensação, mas sim estar voltadas, acima de tudo, para a emancipação social. Seu objetivo é o de contribuir para a solução dos graves desequilíbrios no país. Essa definição é fundamental, já que as políticas públicas podem ser universais ou seletivas, segmentadas ou pontuais, emancipatórias ou compensatórias.

É preciso entender que a nefasta herança do passado não foi superada. No presente, a situação social é ainda mais desigual e suas posições estão mais solidificadas. No campo brasileiro, por exemplo, nunca vingou uma autêntica reforma agrária; o latifúndio e a especulação imobiliária promoveram o êxodo de grandes massas para os centros urbanos. No geral, os retirantes foram acolhidos em ambientes de miséria, o que ampliou a pauperização vivida por milhões de pessoas nas periferias das cidades.

Para minimizar as desigualdades existentes, o Estado brasileiro constituiu um precário colchão social. Mas essa teia de programas sempre foi frágil, incompleta e nunca visou uma verdadeira democracia e justiça. Nos anos 80, houve um esforço para implementar uma nova agenda de reformas, fruto da luta

pela redemocratização. O fim do autoritarismo alimentou a possibilidade de um reordenamento dessas políticas públicas para dar conta, minimamente, das demandas reprimidas durante a ditadura militar.

Segundo Sonia Draibe, essa agenda foi “projetada para um Sistema de Proteção Social e a demanda por redução das desigualdades e afirmação dos direitos sociais adquiriu as conotações da extensão da cobertura dos programas e de efetivação do universalismo. Registrada na nova Constituição de 1988, tal orientação logrou indiscutíveis êxitos”. Mas, logo na seqüência, houve a reversão desse processo. Quase todas as políticas públicas ficaram circunscritas à agenda econômica e aos sucessivos planos de estabilização, o que agravou a contradição entre os gastos públicos e os seus resultados medíocres.

Já no âmbito institucional, foram implementadas medidas de descentralização, transparência e controle do processo de decisão. Houve até uma ampliação da participação da sociedade, advinda do caldeirão de idéias de alguns setores progressistas que contribuíram, de certa forma, na reflexão sobre o papel do Estado. Mas o novo paradigma de alocação de recursos e de redefinição das relações público-privado, no que tange ao financiamento e provisão de bens e serviços sociais, fez com que emergisse uma nova institucionalidade marcada pela expansão sem critérios no atendimento das demandas.

Na década neoliberal, o Brasil

para a solução dos graves desequilíbrios no país

foi capaz de reduzir em cerca de um quinto a mortalidade infantil e o analfabetismo, mas praticamente não teve sucesso na redução das desigualdades. Em 1999, verificou-se que os 10% mais ricos da população têm rendimento médio 19 vezes maior do que os 40% mais pobres. É a mesma proporção de 1992, o que atesta que não houve redução da desigualdade. Numa análise mais pontual, observa-se que a descentralização afastou ainda mais os municípios das pessoas e que as prefeituras passaram a ter necessidades extremas, com maiores demandas e menores receitas.

SANTO ANDRÉ, UM EXEMPLO

Apesar dessas limitações, algumas prefeituras progressistas ainda conseguem realizar experiências bem sucedidas no atendimento à população. Mesmo na adversidade, promovem avanços no rumo das políticas públicas voltadas à emancipação social. O caso da cidade de Santo André, no ABC paulista, é bastante emblemático nesse sentido. Várias iniciativas estão sendo construídas em consonância com as aspirações dos setores populares. Listamos alguns exemplos da área da educação, na qual atuamos:

Essa é hoje uma prioridade do governo municipal, sendo que 2004 foi batizado de “ano da educação”. Através da Secretaria de Educação e Formação Profissional, a prefeitura contribui para a inclusão de milhares de andreenses, reduzindo a disparidade entre idade-série cursada com o Sistema de Educação de Jovens e Adultos (Seja) e o analfabetismo com o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova). Também trabalha com as diversidades existentes no município, através de vários programas (dirigidos para Profissionais do Sexo, jovens em



Liberdade Assistida, Encarcerados, Moradores de Rua). Bem como com o processo de inclusão digital para a periferia.

No que se refere à formação profissional, Santo André aplica vários projetos. O PQRP possibilita que os excluídos obtenham formação apropriada às suas necessidades imediatas e que se preparem para o exercício da cidadania. O PEMT leva adolescentes de 14 aos 17 anos a despertarem para o mundo do trabalho, reforçando a solidariedade, a participação e o desenvolvimento sociocultural. O PIQ fornece profissionalização e escolaridade ao jovem trabalhador. Todos estes cursos são oferecidos nos Centros Públicos de Formação Profissional, em cinco unidades localizadas em bairros populares do município. Ainda nesse âmbito, vale mencionar o êxito do Observatório da Educação e do Trabalho, que monitora e avalia os programas, controla os gastos e ajuda a aperfeiçoar os programas em execução.

Em outras áreas também ocorreram importantes avanços na aplicação das políticas públicas. Na saúde, a prefeitura logrou êxitos principalmente com os programas do médico da família, de prevenção das doenças e de educação comunitária. Já na segurança pública, o Programa Integrado de Inclusão Social e de Combate à Violência Urbana permitiu diagnosticar os problemas e envolver as comunidades. Elas acompanham os impactos na segurança de vários projetos – renda mínima, ensino profissionalizante, incubadoras de cooperativas e micro-crédito. Há ainda um plano de acompanhamento da violência, o PIAPS, que faz o estudo cotidiano dos bolsões de

violência e aciona as demais áreas da prefeitura.

Através de inúmeras ações integradas, como o Mais Igual, o Brinquedotecas, o Andrezinho Cidadão, o Centro Integrado à Cidadania, entre outras, o combate à violência é encarado como caso de políticas públicas e não um mero caso de polícia e encarceramento.

Em Santo André, no ABC paulista, várias iniciativas caminham no rumo da política pública voltada à emancipação social

CAUSAS ESTRUTURAIS

Todas as estatísticas disponíveis – IDH, pesquisas do Dieese/Seade e outros estudos – confirmam que há uma grande distância a ser percorrida para encarar os graves problemas sociais no país. Alguns desses indicadores já revelam as melhorias alcançadas em Santo André. Eles destacam, entre outras, as conquistas na área de educação, com o Seja e o Mova. Mas não podemos tergiversar sobre a essência do problema. Os indicadores de pobreza e desigualdade confirmam os limites das políticas públicas, que entram em confronto com a estrutura econômica secular que privilegia o mercado e que, mais recentemente, agravou o desemprego, desvalorizou o trabalho e diminuiu a renda das famílias.

No caso dos municípios, estes limites são ainda mais flagrantes. Afinal, as prefeituras não possuem mecanismos específicos para gerar

emprego e renda e ficam reféns das políticas macroeconômicas aplicadas no país. Quando muito, elas atuam na margem, aproximando a oferta da demanda. Esta realidade produziu importantes reflexões entre os envolvidos nos programas sociais em Santo André:

■ Sem a inclusão social, econômica e política, através dos vários instrumentos do poder político, não haverá cidadãos capazes de construir um mundo melhor. A construção paulatina da cidade do presente e do futuro contribuirá para a formação de um novo ser humano, que sabe pensar e agir;

■ A melhor política pública deve emanar do próprio povo, o que requer a ampliação dos espaços de participação popular. A sabedoria não é exclusiva de poucos especialistas e deve ser construída pelo coletivo, respeitando as muitas sabedorias e o conjunto da vida dos seus cidadãos.

BIBLIOGRAFIA

- Celso Daniel e João Avamileno. *Documento de Proposta do Projeto Geração da Paz, 2001*. Santo André;
- Sônia Draibe. *Brasil: A proteção social após 20 anos de experimentação reformista*. Mimeo, 1999.
- Observatório da Educação e do Trabalho de Santo André. Centro de Investigação Educacional, 2003.

Antonio Viana Balbino é mestrando em economia social e do trabalho pelo Instituto de Economia da Unicamp, especialista em economia do trabalho e sindicalismo pela mesma instituição e em economia e relações do trabalho pela PUC/SP, bacharel em direito pela Universidade Paulista e licenciado em filosofia pela Universidade Católica do Salvador; trabalhador metalúrgico, exerce atualmente a função de diretor da educação da Prefeitura de Santo André (SP)

Avaliação da experiência de formação profissional do CES

PASCOAL CARNEIRO

A formação é um pressuposto para o conhecimento da realidade e uma ferramenta decisiva de intervenção na luta entre capital e trabalho. O Centro de Estudos Sindicais (CES) sempre defendeu um sistema regular de ensino e de formação profissional: público, gratuito, laico e de qualidade para

toda a população. É com essa visão que busca, através dos seus cursos, contribuir na formação e qualificação profissionais. O CES sabe que a formação não tem a finalidade de resolver os graves problemas sociais do país, em especial o desemprego.

Uma formação voltada para os jovens e os adultos de baixa renda e escolaridade, que visa estimular a consciência crítica e valorizar o papel do trabalhador

Encara a formação como um mecanismo para inserir a sociedade no debate sobre o papel do Estado na construção de um Sistema Público de Emprego.

Para o CES, o sistema público de emprego deve incluir um conjunto de iniciativas e programas. Ele deve ser capaz de oferecer ao trabalhador instrumentos que estimulem a plenitude do desenvolvimento da sua cidadania, como seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, qualificação e re-



O projeto pedagógico do CES é pioneiro na educação profissionalizante, sendo

qualificação profissional, microcrédito, entre outras políticas de geração de emprego e renda. É com essa concepção e num quadro de resistência diante da ofensiva do capital que o CES realiza a formação e a qualificação profissional. Ela está voltada para os jovens e adultos de baixa renda e escolaridade e visa estimular a consciência crítica acerca dos seus direitos e deveres, bem como do seu papel enquanto trabalhador.

Aumento da competitividade, qualidade total, informatização e automatização de produtos num mundo globalizado são algumas das expressões mais pronunciadas na atualidade. As mudanças tecnológicas e organizacionais ocorridas no capitalismo poderiam resultar na melhoria na qualidade de vida de trabalho da população, possibilitando a redução da jornada e mais emprego, lazer, educação e saúde. Mas o que ocorre é o inverso, com mais desemprego, acidentes de trabalho, doenças profissionais e a deterioração das condições de trabalho. A formação deve partir dessa realidade do capitalismo contemporâneo.

PROJETO PEDAGÓGICO

Com essa concepção, em 17 de setembro de 2002, o CES firmou um convênio de formação e qualificação profissional com a Prefeitura Municipal de Santo André, no ABC paulista, através do Departamento de Educação do Trabalhador da Secretaria de Educação e Formação Profissional. Com isso, passou a operar a gestão partilhada do Centro Público de Formação Profissional

Tamarutaca, ministrando cursos voltados à construção civil que não apenas qualificam, mas objetivam os três eixos do projeto pedagógico do CES:

1- Requalificação profissional.

Esse método estabelece uma relação entre formador e formandos que visa a aquisição de conhecimentos, competências e atitudes adequadas ao desempenho profissional. Permite executar as novas atribuições profissionais em condições de igualdade no disputado mercado de trabalho. Com esse princípio se busca que o aluno tenha todo aparato para se atualizar na profissão escolhida e que ingresse mais preparado num mercado de trabalho cada vez mais complexo e inacessível para a maioria da população;

2- Educação continuada. Com o desenvolvimento tecnológico e o aumento substancial da velocidade da produção do conhecimento, a força de trabalho necessita cada vez mais de educação e treinamento. A fase atual demanda uma educação avançada e o estímulo às habilidades individuais. Estes são fatores-chave na definição dos

espaços na sociedade. Promover a capacitação continuada de novos conhecimentos, por meio de um projeto pedagógico avançado leva o aluno a concluir os estudos e a ingressar no mercado de trabalho. O aprendizado contínuo significa a permanente construção de novos conhecimentos;

3- Inclusão social. As áreas de baixa renda, em especial as favelas, concentram a população com altos índices de desemprego, sem acesso à renda e serviços básicos como saúde, higiene e educação. O CES procura fazer um trabalho de valorização humana por meio das políticas públicas municipais. É parceiro na luta pela inclusão social em vários projetos e ações promovidas pela equipe técnica de Santo André, em conjunto com a Secretaria de Educação e Formação Profissional.

CURSOS MINISTRADOS

O CES avançou na democratização do ensino profissionalizante em Santo André. Ele expandiu os cursos para os bairros periféricos, facilitando o acesso de pessoas antes totalmente alijadas. Em 2003, ofereceu cursos nos seguintes bairros: Parque Andreense, Paranapiacaba (subdistrito), Jardim das Maravilhas, Bela Vista II, Centreville, Palmares e Jardim Santo André. Já em 2004, ministrou cursos em Paranapiacaba (Subdistrito), Centreville, Condomínio Maracanã, Parque Miami, Jardim das Maravilhas, Vila Lucinda,

O CES sabe que a formação não resolverá os graves problemas sociais; ela é um mecanismo de inserção cidadã dos trabalhadores

hoje reconhecido por várias delegações estrangeiras e especialistas no tema

Parque Andreense, Cidade São Jorge e Jardim Riviera. Além do ensino profissionalizante, são dadas aulas de “trabalho e cidadania”, com resultados pedagógicos altamente positivos.

Já os cursos ofertados pelo CES no Centro Público de Formação Profissional Tamarutaca são de longa e média duração. Do projeto pedagógico do CES, destacam-se dois grupos distintos:

1- Programa Integrado de Qualificação (PIQ). Esse projeto educacional do Departamento de Educação do Trabalhador (DET) tem três pilares fixados no plano pedagógico do CES. Conforme a programação de cursos, o aluno do PIQ II, ao concluir os seus estudos, forma-se no ensino fundamental e se torna também encarregado de obras. Enquanto que no PIQ III, além do ensino médio completo, o aluno se torna mestre-de-obras. Na avaliação do CES, o PIQ é um dos mais modernos métodos de educação brasileira;

2- Cursos continuados. Como não basta dar um simples curso para que a pessoa seja inserida do mercado de trabalho, o CES oferece cursos contínuos. O aluno que deseja ser pedreiro, por exemplo, aprende desde a fundação e assentamento de tijolos e blocos até o assentamento de pisos e azulejos. Ele aprende desde o alicerce até o acabamento. O ensino continuado busca formar o profissional completo.

Além do ensino profissionalizante, o CES se

ALUNOS ATENDIDOS NA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

ANO	VAGAS	INSCRITOS	DESISTENTES	CONCLUINTES
2002	728	691	93	598
2003	3083	3624	530	2326
2004*	1277	1319	288	1031

* Em andamento

preocupa em formar o cidadão. O antigo modelo de operário da construção civil, com baixa escolaridade e sujeito a trabalhos pesados, está em extinção. O trabalhador precisa ser um profissional apto e instruído, conhecedor da realidade. As aulas de “trabalho e cidadania”, com instrutores preparados, abordam temas da atualidade, como globalização, Alca, guerra no Iraque. São decisivas para que o aluno se conscientize e atue como agente aglutinador na luta pela plena cidadania.

Expansão de cursos para os bairros da periferia reforçou o projeto pedagógico e democratizou o acesso ao ensino profissionalizante

BREVE CONCLUSÃO

Apesar da intensa procura dos cursos oferecidos pelo CES em Santo André, a média de evasão tem sido baixa. No ano passado, ela foi de 19% dos alunos inscritos. A explicação para esse sucesso se deve a dois fatores: a) a

expansão dos cursos profissionalizantes junto às comunidades carentes do município; b) a procura pela requalificação profissional na área da construção civil, que hoje emprega cerca de 10% da População Economicamente Ativa no país. Estes são os motivos da evasão ser inferior aos demais cursos profissionalizantes oferecidos nos outros Centros Públicos de Formação Profissional de Santo André.

O projeto pedagógico do CES, implementado no Centro Público de Formação Profissional Tamarutaca e nos vários núcleos espalhados na cidade de Santo André, é inovador. É um projeto pioneiro de educação profissionalizante, hoje reconhecido por várias delegações estrangeiras e especialistas de outras cidades e Estados que nos visitam para conhecer a metodologia aplicada. É evidente que se exige o constante aperfeiçoamento desse trabalho visando corrigir falhas e erros. Mas também vale ressaltar que iniciamos um processo irreversível de mudança na metodologia dos cursos profissionalizantes em nosso país.

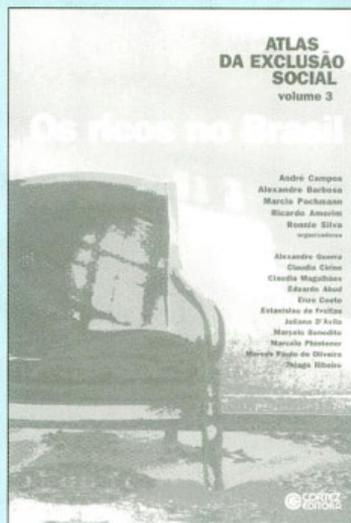
Pascual Carneiro é o coordenador dos projetos de formação profissional do Centro de Estudos Sindicais (CES)

A repugnante concentração de riquezas no Brasil

Marcio Pochmann é um desses raros intelectuais brasileiros que, mesmo assumindo cargos importantes na administração pública – como faz atualmente na Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo –, consegue continuar a escrever, debater, estar sempre à disposição dos trabalhadores que lutam por uma sociedade justa, democrática e soberana.

Após organizar os dois primeiros volumes do Atlas da Exclusão Social no Brasil, ele lança agora, com outros intelectuais, um volume que trata exclusivamente dos ricos no Brasil, buscando localizá-los e caracterizá-los. Os autores partem da constatação de que, enquanto a pobreza e a exclusão social estão sempre presentes na mídia, a riqueza se esconde. A concentração da riqueza torna-se mais visível através da obtenção e divulgação de dados. Basta dizer que o patrimônio das famílias mais ricas (0,001% das famílias existentes) no Brasil equivale a 40% de toda a riqueza gerada, anualmente, no país.

Uma frase de Darcy Ribeiro sintetiza a preocupação dos autores: “Os privilegiados simplesmente se isolam numa barreira de indiferenças para com a sina dos pobres, cuja miséria repugnante procuram ignorar ou ocultar numa espécie de miopia social, que perpetua a alteridade”. Mesmo com toda esta indiferença, os ricos conseguem fazer com que predomine na população a idéia de que a exclusão social é decorrente do fracasso individual dos próprios excluídos. Para manter e ampliar as suas riquezas, os ricos assumem postos na política, o que lhes



Os ricos no Brasil. Atlas da exclusão social. Volume 3.
Marcio Pochmann (org.).
 Editora Cortez,
 São Paulo, 2004

POR AUGUSTO PETTA

permite impedir a redução da desigualdade.

No primeiro capítulo, os autores procuram responder questões importantes relativas à localização, origem, destinação, montante, composição, apropriação e consumo da riqueza. Constatam que há uma estabilidade das classes dominantes, que ignora, inclusive, as grandes transformações econômicas ocorridas no país. Citam, por exemplo, o Censo de 1872, época em que o Brasil possuía 10,1 milhões de habitantes reunidos em 1,3 milhão de famílias, sendo apenas 1,8% delas consideradas ricas!

No capítulo 2, os autores concluem que a exclusão social “resulta da manutenção e atualização deste padrão extremamente excludente de riqueza construído historicamente”. Já no capítulo 3,

os autores revelam que a financeirização é estrategicamente favorável às classes dominantes. Os capítulos 4, 5 e 6 oferecem dados e mapas que permitem ao leitor dimensionar a riqueza e os ricos no país, a sua distribuição no espaço, por estados, municípios e no interior das grandes cidades. Considerando-se a massa da riqueza, a concentração é de 60% no Estado de São Paulo e 75,5% em toda a Região Sudeste.

No último capítulo, os autores concluem com a necessidade de grande mobilização para superar esta desigualdade através da vontade política, do crescimento econômico e da realização de políticas de redução de desigualdade. As conclusões deste livro reforçam a visão marxista de que a chamada exclusão social, em maior ou menor grau, é inerente ao próprio modo de produção capitalista. Ocorre o que Marx chama de empobrecimento relativo dos trabalhadores; mantém-se um exército industrial de reserva para possibilitar a redução de salários. Sobretudo a partir dos anos 90, com a implantação do neoliberalismo no Brasil, cresce o número de desempregados, a terceirização e a precarização do trabalho como um todo. Concentra-se ainda mais a riqueza.

Para aqueles que lutam para que o Brasil chegue ao socialismo, o livro apresenta uma contribuição singular: dar visibilidade aos ricos no Brasil, passo importante para saber como enfrentá-los e obrigá-los a dividir seus bens com os que mais necessitam.

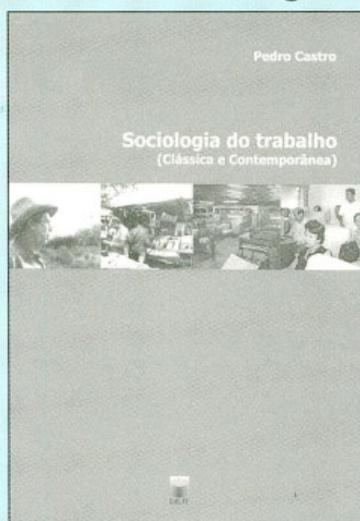
Augusto César Petta é coordenador de formação do Centro de Estudos Sindicais (CES) e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) e do Sindicato dos Professores de Campinas

Uma obra de referência historiográfica e bibliográfica

O professor Pedro Castro acalentou o projeto deste livro durante os vários anos em que lecionou na UFF a disciplina sociologia do trabalho e o realizou na sua estadia na França para a conclusão do seu pós-doutoramento na área. A obra tem como objetivo introduzir os temas da sociologia do trabalho, através de suas abordagens clássicas e dos seus novos enfoques, analisando a natureza e as implicações das mudanças observadas na construção dos objetos de estudo.

O sociólogo Ricardo Antunes, no prefácio do livro, alerta para a urgência e relevância de uma obra de referência historiográfica e bibliográfica que recoloca o tema em evidência e que se proponha a (re) discutir os caminhos que a sociologia do trabalho deverá tomar, cotejando esta disciplina com autores da sociologia clássica (Marx, Weber e Durkheim) e da contemporânea (Alain Touraine, Georges Friedmann e Pierre Naville – os dois últimos, autores do clássico Tratado de Sociologia do Trabalho), entre outros.

Castro indica que seu livro serve como uma “resenha sobre a sociologia do trabalho”, sobre “sua origem, surgimento e evolução”, e acredita que pode ser este “um texto didático” que demonstra os caminhos e as peculiaridades dessa disciplina. Ele inicia o livro com uma categorização das correntes em que se divide a sociologia do trabalho: uma focada no ato do trabalho e outra que prima pela análise do trabalho e da condição do trabalhador na sociedade. Estas duas correntes são complementares e não antagonicas e a dificuldade reside



Sociologia do trabalho (clássica e contemporânea).
Pedro Castro. Editora da Universidade Federal Fluminense (RJ), 2003

POR PAULO EDUARDO CRUZ

em ligar as visões dos pesquisadores que atuam em ambas.

Ao abordar a origem da sociologia do trabalho, Castro demonstra que Marx tem fundamental importância na formatação desta área, com sua teoria sobre os modos e relações sociais de produção e a divisão social do trabalho, não podendo se desprezar as idéias de Saint-Simon, Fourier, Engels e Proudhon. A contribuição marxista para a origem da sociologia do trabalho reside na identificação da centralidade do trabalho em relação aos outros autores do período (século XIX) e a perenidade, como aponta Pierre Naville, de suas idéias para a análise sociológica do fenômeno do trabalho.

Nos seus seis capítulos, Castro analisa as origens da sociologia do trabalho, sua evolução (passando

pelo taylorismo, pelo fordismo, a influência sociológica francesa e o toyotismo) e os contextos regionais nos quais essa disciplina prosperou. No terceiro, o autor aborda o desenvolvimento da sociologia do trabalho no Brasil (influenciada inicialmente pelo “marco teórico marxista sobre o modo de produção capitalista”), apresenta um balanço bibliográfico e aponta para a nova produção nacional sobre o tema – marcada pelo advento do novo sindicalismo, a reestruturação produtiva, a crise do sindicalismo e as novas relações de trabalho que vigoram no Brasil do século XXI.

As mudanças-chaves pelas quais a sociologia do trabalho passou são o foco do quarto capítulo. Entre elas, destacamos: a diferenciação no enfoque do estudo na concepção norte-americana (sociologia industrial – orientação teórica funcionalista) e na europeia (sociologia do trabalho – orientação marxista, weberiana e estruturalista); o estado da arte da disciplina, enfocando sua temática nos dias de hoje; e a distinção dos enfoques entre a sociologia do trabalho clássica e a contemporânea.

Finalizando o livro, o autor projeta para o futuro da sociologia do trabalho uma orientação dada pelas “alternativas políticas que as sociedades globais, inclusive a brasileira, assumirão”, voltando-se para a proposição de soluções para os problemas contemporâneos, como a relação do trabalho e do emprego, o crescimento alarmante da pobreza na América Latina e o estudo da condição operária a partir do ângulo econômico.

Paulo Eduardo A.C. Cruz é graduado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo

Os desafios atuais da esquerda brasileira

As políticas neoliberais desnacionalizaram nossa economia, tiraram o poder do Estado e deram liberdade total ao capital internacional. Mas essa subordinação não resultou num novo ciclo de desenvolvimento. Agora, a forma principal de acumulação é na esfera financeira. Acumula-se por meio dos juros e dos lucros, remetidos ao exterior. Nada disso gera riqueza nacional, emprego, trabalho, distribuição de renda.

MUDANÇAS E CONTRADIÇÕES

Com resultados sociais cada vez piores, o povo entendeu o significado dessas políticas e, na eleição de 2002, votou contra o modelo. Não se sabia, porém, o que deveria ser colocado em seu lugar. Diante da ameaça da crise argentina, parte das elites aceitou a possibilidade de mudança e a alternativa Lula.

Do lado de cá, das forças sociais que apoiaram Lula, essa possibilidade era entendida como uma aliança tática entre a classe trabalhadora e setores da burguesia industrial para enfrentar o capital financeiro. Mas a elite fez a aliança para não perder os dedos e para seguir impondo as políticas neoliberais.

CONTINUÍSMO NA ECONOMIA

Passado quase a metade do

JOÃO PEDRO STEDILE



José Cruz/ABR

Enfrentamento do projeto neoliberal exige organização e trabalho de base

mandato, o governo segue com a política neoliberal, hegemônica por esses setores da classe dominante que controlam toda a área econômica do governo, desde o Banco Central até o Ministério da Agricultura. A natureza e as consequências dessa política todos já conhecemos.

Podemos até ter crescimento, mas estará a serviço da elite dominante. Nessas políticas não há espaço para distribuição de renda, reforma agrária, elevação do consumo de bens de massa e nem para as políticas sociais. Sem catastrofismo, com essa opção os problemas sociais só se agravam.

O QUE FAZER?

E como enfrentar esse quadro? Há uma tendência natural de nos referenciarmos apenas no que o governo faz. Contudo, o "furo é mais embaixo". A sociedade

brasileira precisa debater e construir um novo projeto de desenvolvimento. É preciso um verdadeiro mutirão, que leve esse debate a todos espaços sociais. E isso extrapola a tendência simplista de apenas falar mal do governo ou defendê-lo.

O segundo desafio. Na luta de classes tudo se resolve pela correlação de forças. Não basta um exercício de retórica, por mais combativo que seja. Quem não tem povo organizado, não tem força para defender suas idéias e pode cair facilmente no sectarismo, no esquerdismo ou no peleguismo.

É preciso estimular as lutas sociais e a construção de um amplo movimento de massas, unitário, que se contraponha à ditadura financeira. Aqui cabe uma reflexão autocrítica de todos nós. Para estimular e organizar as lutas é necessário fazer trabalho de base, é preciso priorizar o trabalho de convencimento e de organização nuclear do povo. Precisamos colocar nossas energias para ir lá onde o povo vive, trabalha, e organizá-lo.

O terceiro desafio que a esquerda social tem se dá no campo da disputa ideológica. Precisamos organizar a disputa da hegemonia na sociedade, como nos alertava Gramsci. Não apenas fazer lutas econômicas, corporativas, que podem resultar em pequenas conquistas sociais para a classe, mas que não organizam a classe para as mudanças substantivas, nem disputam projetos na sociedade.

João Pedro Stedile é membro da direção nacional do MST e integra a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). Extratos do artigo publicado no portal Democracia Socialista

assine hoje mesmo

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro "ERA FHC: A REGRESSÃO DO TRABALHO"

"ERA FHC" A REGRESSÃO DO TRABALHO

Marcio Pochmann
Altamiro Borges



CES
Centro
de Estudos
Sindicais



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Telefone(s) _____
Fax _____
Profissão _____
Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais,
no valor de R\$ 30,00

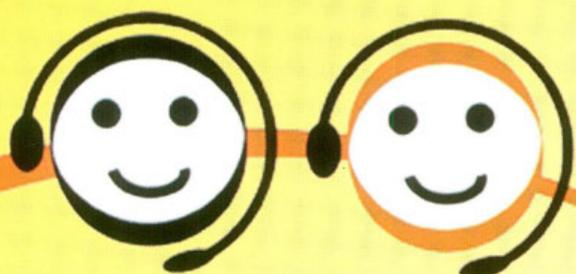
Depósito em conta corrente nº 457852-X, Banco do
Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o
comprovante via fax para 11 289-1496)

Cartão

Credicard Visa

Número

Validade



Sintratel

FILIADO À
CUT

Um Sindicato que cresce junto com sua categoria

Sintratel - Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing de São Paulo
Rua Dr. Frederico Steidel, 255 - Santa Cecília - CEP : 01225 - 030
São Paulo/SP - Tel/Fax: (11) 3358 1777
internet: www.sintratel.org.br / e-mail: sintratel@sintratel.org.br